

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO -
HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

LISIANE CORCINE FIALHO PERFEITO

**MULHER, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE MANUELA D'ÁVILA**

PORTO ALEGRE

2016

LISIANE CORCINE FIALHO PERFEITO

**MULHER, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE MANUELA D'ÁVILA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Públicas.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Corcine Fialho Perfeito, Lisiane

Mulher, política e comunicação: um estudo sobre
Manuela d'Ávila / Lisiane Corcine Fialho Perfeito. --
2016.
78 f.

Orientadora: Maria Helena Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação
Social: Relações Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Mulher. 2. Política. 3. Comunicação. 4. Manuela
d'Ávila. I. Weber, Maria Helena, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LISIANE CORCINE FIALHO PERFEITO

**MULHER, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE MANUELA D'ÁVILA**

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Maria Helena Weber
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Márcia da Silva Veiga
Avaliadora

Prof. Dr. Rudimar Baldissera
Avaliador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **Mulher, política e comunicação: um estudo sobre Manuela d'Ávila**, de autoria de Lisiane Corcine Fialho Perfeito, estudante do curso de Relações Públicas, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 15 de junho de 2016.

Assinatura:

Nome completo da orientadora: Maria Helena Weber

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Margarida, por ser a pessoa mais incrível e forte que eu conheço e por estar sempre ao meu lado, acreditando em mim. Ao meu pai, Valteir, por me apoiar e acompanhar nos vestibulares - sem o amparo e paciência de vocês isso tudo não seria possível. A todos aqueles que acreditaram que eu seria a primeira da família a estudar e, finalmente me formar, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço também a todos que foram importantes durante esse longo processo, em especial à Érica, pelos desabafos e ajudas nos momentos que precisei; à Annelise pela disponibilidade e boas conversas que resultaram em insights importantes para o desenvolvimento desse trabalho. Obrigada a Bruna pelo carinho, atenção e incentivo nos momentos de ansiedade. Também agradeço a todos os colegas e professores que contribuíram para minha formação, em especial à minha orientadora Maria Helena Weber, que muito me inspira e ensina.

“[...] como pode realizar-se um ser humano dentro da condição
feminina? Que caminhos lhe são abertos?”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a trajetória política da deputada estadual Manuela d'Ávila com foco na discussão das particularidades que o gênero feminino encontra em ambientes políticos. Busca também identificar elementos que incidem e constroem a imagem pública do sujeito feminino em cargo de poder. Para isso, o referencial teórico abordou questões do feminismo, mulheres na política e imagem pública. Como metodologia, foi utilizada pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade. Por meio da análise, verificou-se que a imagem pública de Manuela d'Ávila está vinculada à sua condição de mulher, muito jovem e bonita no meio político. A maternidade se constitui como elemento novo na figura da deputada, fato que deverá ser integrado de forma coerente a seus posicionamentos políticos.

Palavras-chave: Mulher; Política; Comunicação; Manuela d'Ávila.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political trajectory of the state representative Manuela d'Ávila focusing on the discussion of the characteristics that the female gender finds political environments. It also seeks to identify elements that affect and build the public image of the female subject in a position of power. For this, the theoretical framework discussed issues of feminism, women in politics and public image. As methodology, was used bibliographical research and in-depth interview. Through the analysis, it was found that the public image of Manuela d'Ávila is linked to her condition as woman, very young and beautiful in the political environment. Motherhood is a newly constituted element on the congresswoman's figure, a fact that should be integrated in a coherent manner over her political positions.

Keywords: Women; Policy; Communication; Manuela d'Ávila.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa IstoÉ: As explosões nervosas da presidente	32
Figura 2 - Montagem: As explosões nervosas do presidente.....	32
Figura 3 - Medusa vestindo paletó	33
Figura 4 - Campanha para vereadora em 2004	44
Figura 5 - Campanha para deputada federal em 2006.....	45
Figura 6 - Campanha para prefeitura de Porto Alegre em 2008	46
Figura 7 - Campanha para deputada federal em 2010.....	46
Figura 8 - Campanha para prefeitura de Porto Alegre em 2012.....	47
Figura 9 - Campanha para deputada federal em 2014.....	48
Figura 10 - Lançamento da frente parlamentar	49
Figura 11 - Cartaz seminário estadual	49
Figura 12 - <i>Screenshot</i> Instagram @leisdelauro	50
Figura 13 - Críticas à exposição da mama	51
Figura 14 - Manuela cercada por colegas homens na câmara federal.....	55
Figura 15 - Time de musas.....	57
Figura 16 - Manuela d'Ávila descarta título de musa do congresso.....	58
Figura 17 - Faraó Hatshepsut usando barba falsa	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICA DE IMAGEM, IMAGEM CONCEITO E IMAGEM PÚBLICA	14
2.1 Política de imagem	14
2.2 Imagem conceito	20
2.3 Imagem pública	23
3 FEMINISMO, PODER E POLÍTICA	29
3.1 O segundo sexo: poder e representação	29
3.2 A mulher na política	36
4 MANUELA D'ÁVILA: MULHER, POLÍTICA E IMAGEM	44
4.1 Perfil político	44
4.2 Maternidade	50
4.3 A política como espaço masculino	53
4.4 Imagens de Manuela	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – Entrevista aplicada à Manuela d'Ávila	71
ANEXO A – Autorização da entrevistada	78

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres tiveram seu papel social questionado, foram proibidas de votar e tomar decisões na vida pública. Atualmente, o Brasil ainda tem taxas muito baixas de representação feminina em cargos políticos. Mesmo depois da inclusão legal das mulheres, inclusive com sistema de cotas que estabelece uma reserva mínima de 30% de vagas para candidaturas femininas, o que se observa até então é uma predominância masculina no meio político. Por isso, não basta apenas permitir de forma legal esses espaços às mulheres, mas é necessário também reformular a maneira como se estruturam essas relações de poder, que estão fundadas na dominação do gênero masculino.

A motivação para pesquisar sobre mulheres na política provém, além do fato de ser mulher e ter empatia com essas questões, da observação da forma como as mulheres em cargos de poder são retratadas pela imprensa e também pela agitação nas redes sociais a respeito desse tema. Um dos casos de destaque foi a repercussão de uma foto em que a deputada Manuela d'Ávila amamentava sua filha, de então cinco meses, que se tornou alvo de inúmeras ofensas. Entendo que as discussões de gênero são fundamentais para compreender as relações nos exercícios do poder, pois só assim será possível estabelecer um debate qualificado sobre a participação feminina na política.

Diante disso, esse estudo tem como objetivos pesquisar a trajetória da deputada Manuela d'Ávila, identificar os elementos que constroem sua imagem pública, de maneira a contribuir com o crescimento da democracia.

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade. O primeiro método objetivou reunir informações e documentos relevantes a essa pesquisa: inclui o site oficial de Manuela d'Ávila, suas redes sociais oficiais Facebook e Instagram, bem como o site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e também portais de notícias que deram suporte para o entendimento do objeto estudado nesse trabalho. A entrevista em profundidade (APÊNDICE A) feita com a deputada estadual Manuela d'Ávila (31 de maio de 2016), foi elaborada de forma semiaberta e incluiu questionamentos básicos, fundamentados em temas de interesse da pesquisadora. As questões foram produzidas, então, seguindo um roteiro que permitiu abordar os questionamentos

que atravessam esse estudo, dando certa flexibilidade para a entrevistadora acrescentar novas perguntas no decorrer da entrevista.

Por fim, destaca-se que a pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 2, encontram-se conceitos que contribuem para a compreensão das relações entre sociedade, indivíduo e mídia no que se refere à construção da imagem pública, tais como política de imagem (GOMES, 1999), imagem conceito (BALDISSERA, 2008) e imagem pública (WEBER, 2004). No capítulo 3 são abordadas questões do feminismo (BEAUVOIR, 2000), representações femininas que dão embasamento para pensar na construção do feminino (SCHMIDT, 2006), e também inclui considerações para discutir as relações sociais em termos de gênero (SCOTT, 1994). Já no capítulo 4, é realizada a análise sobre a trajetória e imagem de Manuela d'Ávila, articuladas junto à entrevista em profundidade e referencial teórico proposto nessa pesquisa.

2 POLÍTICA DE IMAGEM, IMAGEM CONCEITO E IMAGEM PÚBLICA

Neste capítulo serão apresentados conceitos que convergem para o entendimento da construção da imagem pública. As concepções que envolvem o tema, em qualquer que seja a abordagem, atravessam elementos dos mais variados campos do conhecimento, como o da filosofia, sociologia, antropologia, psicanálise e comunicação. É dessa maneira complexa que veremos que o significado das imagens não são apenas sociais, mas dependem antes do olhar e compreensão do indivíduo, que faz julgamentos internos sobre a realidade e as representações que o cercam. Tais referências irão permitir a análise da imagem de Manuela d'Ávila, devido à relação intrínseca entre a imagem pública e o exercício da política.

2.1 Política de imagem

As transformações na política tensionadas pela produção de imagens dos atores políticos são estudadas por Gomes (1999) que, segundo ele, são fundamentais para entender os modos contemporâneos de fazer política. As disputas por poder foram convertidas na competição pela construção, controle e imposição da imagem pública. A esse fenômeno Gomes (1999) chama de política de imagens, expressão que indica a “prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições” (GOMES, 1999, p.147). O autor enfatiza que não se trata de uma nova forma de fazer política, mas sim aspectos específicos no contexto dos meios de comunicação de massa. O termo “imagem pública” aproxima o discurso linguístico sobre a imagem de pessoas ou instituições sobre a imagem em seu sentido visual. Para Gomes (1999) a palavra imagem indica ao menos dois fenômenos diferentes, mas que pertencem ao mesmo gênero: imagens do tipo visual e imagens sociais ou públicas. O que há em comum é que ambas tem capacidade para representar algo da ordem da realidade por simulação visual. O autor explica que essa analogia da palavra imagem:

[...] não significa, obviamente, a perda da percepção das diferenças: enquanto a imagem *sensu stricto* representa algo para alguém por simulação visual ou representado, a imagem *analógico sensu* representa algo para alguém de um outro modo, mas representa (GOMES, 1999, p. 149).

Desse modo, o autor entende que imagem sempre se refere ao sentido visual

ou plástico do termo, sendo então a “imagem pública” um sentido figurado, analógico e metafórico. No entanto, Gomes (1999) cita que há um forte desejo de aproximação entre a imagem pública e a imagem visual, para não ter dúvidas, esclarece que:

a) É possível ter imagem mesmo daquilo que não corresponde a qualquer representação visual, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro, o FBI, o cinema hollywoodiano “todos têm imagem pública, mesmo que não exista uma representação por simulação visual que lhes corresponda” (GOMES, 1999, p. 149).

b) Há certas imagens públicas que não podem ser traduzidas visualmente, como, por exemplo, a imagem de irresponsável de Itamar Franco, a imagem liberal de Madonna; todas essas imagens existem, segundo o autor, a prescindir de representações visuais que as correspondam.

c) A imagem visual não é determinante para a construção de uma imagem pública, pois segundo o autor, elas se fazem com “ações e com discursos, principalmente, e, além disso, com configurações expressivas que incluem, claro, elementos visuais, ao lado de outros tantos” (GOMES, 1999, p. 149). Embora o autor reconheça que elementos visuais podem também contribuir para a formação de uma imagem, esse terceiro item é fundamental para o presente estudo, já que as análises irão partir, entre outros aspectos, de uma entrevista em profundidade, em que será possível ter noções de imagem a partir de um discurso sobre temas do interesse deste estudo.

A imagem de algo ou alguém provém de um julgamento sobre todas suas características, de valor, aparências, simbólica, entre outras. São propriedades que se reconhecem como estáveis, como capazes de marcar e distinguir algo ou alguém, literalmente, um caráter. Em síntese, a definição de imagem, segundo Gomes (1999):

O sujeito, nesse sentido, sendo-nos disponível apenas pelas notas que o caracterizam, é propriamente uma *persona*, uma máscara representacional (não no sentido contemporâneo do que oculta, mas daquilo que está por cima, que faz visível), uma *dramatis persona*, uma personagem. Eis o que é a imagem (GOMES, 1999, p. 151-152).

Como mencionado anteriormente, a imagem representa a realidade, portanto, ela é o que aparenta ser. Os sujeitos se utilizam de determinada máscara social (*persona*) para aparecer em público, na tentativa de transmitir imagens positivas previamente planejadas. Ainda sobre esse aspecto, Gomes (1999) escreve que uma das dificuldades para identificar a imagem pública é que as pessoas são dotadas de

várias características que constroem seu caráter, e no caso das imagens públicas não lidamos com pessoas e sim com essas personas; não temos contato direto com elas mas sim com “o processo psicológico e social de caracterização” (Gomes, 1999, p. 153).

Além disso, há o problema da “fixação das propriedades definidoras de uma imagem pública”, já que um ator social está sempre produzindo discursos e promovendo ações, situações essas passíveis de novas leituras e interpretações que, por consequência, geram novas imagens. Gomes (1999, p. 152) reitera que as imagens são mutáveis, e que quando se fala em concepções públicas, o conjunto certamente não será igual à soma de seus elementos. Isso também porque dependem de contextos e circunstâncias, novas condições interpretativas surgem, tal como alterações de posição dos formadores de opinião; tudo isso contribui para que as imagens não sejam estáticas.

Por último, existe também a dificuldade de determinar quais propriedades devem ser agregadas ou excluídas da imagem pública de alguém. Gomes (1999) critica que as pesquisas de imagem simplifiquem as coisas, à medida que não dão conta de hierarquizar as propriedades. É defendida pelo autor a impossibilidade de que as propriedades simplesmente vão se somando umas às outras, já que os instrumentos de coletas de dados são para o entrevistado um meio de organizar as ideias que dão caminhos para os indivíduos expressarem suas ideias e fragmentos de impressões.

Há ainda fatores individuais que precisam ser levados em consideração para compreender o modo como uma imagem é percebida. Gomes (1999) menciona que, na nossa condição humana:

[...] lidamos com a aparência, a imagem, visando a coisa mesma, a sua essência, de sorte que nos é familiar o fato de que – à luz da nossa experiência do objeto e suas ações, de novos dados ou informações adquiridos sobre eles ou de alterações até mesmo do nosso estado de espírito – mudamos, esperamos corrigir, a nossa concepção sobre os outros. A imagem, assim pensada, nada é senão uma tentativa de apreensão da coisa mesma, conservando, justamente por isso, uma espécie de provisoriedade constante e essencial (GOMES, 1999, p. 154).

O autor, ao afirmar que lidamos com aparências, sugere que há um conjunto de critérios e estereótipos sociais que irão interferir no julgamento sobre algo ou alguém. Todos esses fatores corroboram com a ideia de que a compreensão de uma

imagem não é estática, pois quanto menor for nosso contato direto, mais abertos estaremos a mudar de ideia em relação a ela, já que menor serão nossas convicções.

Gomes (1999, p. 154) questiona a espontaneidade e a artificialidade da imagem pública. O que vem primeiro: a geração própria ou a aferição posterior? Ele propõe ao menos quatro hipóteses a respeito desse problema:

- a) Primeiro viria a existência de uma imagem em cada indivíduo que compõe uma coletividade, formando-se daí uma imagem pública que as sondagens deveriam identificar e os *media* divulgar;
- b) Primeiro viria a existência de um público, formando-se a partir daí as imagens em cada indivíduo também detectáveis pelas sondagens de opinião pública e passíveis de divulgação nos *media*;
- c) Primeiro viria a divulgação das sondagens, depois a formação individual de uma imagem que então se torna pública;
- d) Primeiro viria o discurso dos *media* veiculando a imagem pública de alguém, depois formar-se-ia tal imagem em cada indivíduo, sendo, enfim, tal imagem detectada pelas sondagens e veiculada nos *media*.

Os assuntos que permeiam a formação da imagem são complexos, já que atravessam questões pessoais, dados de sondagem de opinião e o discurso dos *media*. Por isso, Gomes (1999) conclui que não há resposta exata para tais questionamentos, e acrescenta que a principal dificuldade consiste no fato de que, enquanto sujeitos de processos mentais, não temos concepções públicas, opiniões públicas ou imagens públicas. Por outro lado, o autor admite que, por sermos seres sociais, nossas representações, opiniões e imagens são semelhantes às de outras pessoas, ainda que não se possa ter certeza completa disso. É desse compartilhamento de concepções que algo pode ser considerado público ou social: é uma experiência pública sem deixar de ser também íntima.

Sobre as pesquisas de sondagem de opinião, Gomes (1999) comenta que existe dificuldade de identificação da opinião pública, porém, os atores participantes da política de imagem se utilizam dos dados das pesquisas como embasamento para as estratégias de construção e ajuste da imagem pública. Nesse contexto os institutos de pesquisa criam dois discursos: de que a sondagem é o único meio certo para a identificação de imagens públicas; e que a sondagem tem como único efeito a

identificação de imagens públicas. Gomes (1999, p. 156) explica que se trata de “instrumento de aferição daquilo que já está disponível na realidade, de modo algum um instrumento que comporte imediatamente uma alteração espontânea na realidade.”

A aferição da imagem pública é a primeira consequência das sondagens, contudo, o autor afirma que não é o único efeito social das pesquisas de opinião. Ele critica a metodologia utilizada pelo fato de focar em dados estatísticos, diferente de uma pesquisa social científica que daria conta de aspectos mais qualitativos. Tanto é que não se tem como saber se o entrevistado já havia uma opinião anterior à entrevista ou se ele apenas respondeu a uma tabela sem maiores elaborações. Além desse efeito causado no pesquisado, Gomes (1999, p.157) afirma que há outro posterior à divulgação dos resultados das sondagens, onde “o público sempre imagina que a sua opinião ou a imagem que tem de um determinado ator social seja partilhada por outros, mas raramente tem certeza disso”. É após a divulgação das pesquisas que o público se dá conta do que pensa e sente em relação às informações apresentadas, é por isso que a divulgação também interfere e constitui novas elaborações a respeito de um mesmo tema.

Como já mencionado anteriormente, Gomes (1999) afirma que a novidade nos modos de fazer política não é a preocupação com a imagem e a reputação, mas sim as estreitas relações com os meios de comunicação de massa. Para ele, esse fenômeno contemporâneo tornou-se de grande importância social devido a três fatores: “o advento da democracia moderna, trazendo consigo a exigência da esfera pública; o advento das sociedades de massa; o predomínio dos grandes meios de comunicação como lugar e como recurso expressivo no qual e pelo qual se realiza a esfera daquilo que é socialmente visível” (Gomes, 1999, p. 157-158).

Na sociedade de massa a imagem chega intermediada pelos meios de comunicação, que é por onde se realiza a visibilidade social. Ela nunca é definitiva e também não é garantia de que ocorra a todos os seres reais:

A existência de si mesma não é garantia de imagem pública, imagens podem deixar de existir sem que as pessoas ou objetos a que pertençam também o façam, imagens podem alterar-se para melhor ou pior com relação àqueles a quem pertencem ou mesmo de forma absolutamente independente destes, imagens podem ser construídas, destruídas, reconstruídas num processo sem fim e sem garantias (GOMES, 1999, p. 159).

O autor também alerta que não se pode confundir a imagem com aquilo que nela se representa; para ele não há como negar que há uma intencionalidade na vinculação da imagem com algo da realidade. No entanto, por mais técnicas que se usem na tentativa de formar uma imagem pelos *image-makes*, o que gera a imagem é a subjetividade humana. Pode-se concluir com essas informações que a imagem pública passa a existir apenas na recepção, mesmo que sua emissão seja programada. Para ilustrar, o autor cita o exemplo do princípio da Mulher de César, da qual se dizia que não apenas deveria ser honesta, deveria parecer honesta e ser reconhecida como tal.

É defendido pelo autor que há nesse processo certa insinceridade, já que há sempre dupla função das práticas discursivas, onde a função primária é substituída pela produção de imagem. Segundo ele “o que raramente vamos encontrar são fatos e discursos voltados exclusivamente para a realização da sua função real primária, a prescindir completa e abnegadamente da função produção de imagem” (GOMES, 1999, p. 161). Um fato político é o fato convertido em mensagem, em valor simbólico, ou seja, os fatos cumprem primeiramente uma função de produção de imagem.

A intencionalidade de uma imagem nem sempre tem relação apenas com pessoas atuais, mas com a imagem de pessoas consideradas ideais. Existem perfis ideais e expectativas em torno de um sujeito político que determinado público tem a respeito de uma pessoa, isto é

[...] em política de imagem não apenas é importante saber quais são as propriedades que o público reconhece como caracterizando determinada pessoa ou instituição, mas é igualmente decisivo saber quais são as características que se considera adequadas ou ideais, a prescindir do fato de alguém as possuir (GOMES, 1999, p. 164).

Procura-se identificar os desejos de um público para então adequar às atitudes e aparências do ator político. Gomes (1999) chama também de expectativas o ato de os públicos esperarem que algo aconteça de certo modo ou que algo seja de certo modo. Esse desejo e expectativa com o que não existe evidência que as imagens não se referem apenas ao real, mas também ao irreal, já que se idealiza o que ainda não foi realizado. Mais importante, então, que conhecer as características das instituições e públicos é verificar como eles deveriam ser para determinado grupo de opinião, já que esses imaginam o ideal, numa relação com o futuro.

A primeira função da política da imagem é a criação da imagem pública dos atores, garantindo que esses tenham presença nas esferas de visibilidade pública, principalmente a mídia. A condução desse processo é feita com o que Gomes (1999, p. 167) chama de “materiais de construção” da imagem, que seriam fatos (os atos e o reconhecimento público desses); discursos (o que o próprio ator diz e o que é dito sobre ele) e apresentação (como se veste, emblemas, símbolos e demais aparências). Após inseridos na esfera pública os materiais são recodificados, perdendo o controle total sobre sua emissão inicial, já que seguem determinados princípios de seleção dos media, que darão nova forma às informações. A etapa última dessa primeira função é a recepção da mensagem chegada ao público, é ele quem decodificar e transformar em imagem pública.

A segunda função da política de imagem é o ajuste dos personagens reais aos perfis ideais e expectativa dos públicos. Dessa função que surge a importância dos institutos de pesquisa de opinião que servem como embasamento para atender às expectativas do público, para elaborar ajustes e alterações na construção da imagem pública.

A terceira função da política de imagem é o gerenciamento e controle da imagem pública. Como dito antes, é praticamente impossível prever qual será a recepção final da mensagem, pois a imagem se realiza na recepção do público. Porém, visto que há planejamento, a administração da imagem pública consiste em tentar mantê-la conforme a intenção da emissão e evitar distorções. Gomes (1999, p. 173) comenta que o primeiro conjunto de obstáculos para o controle da imagem pública são os adversários do próprio mundo da política: ao mesmo tempo em que se tenta produzir a própria imagem, tenta-se fazer com que o adversário perca o controle da imagem dele; o segundo obstáculo consiste no fato da produção da imagem estar mais próximo do campo midiático do que do político, em razão de depender das escolhas dos media sobre o que terá e como será a visibilidade; por último, o quarto conjunto de obstáculos encontra-se na fase de recepção, que depende de processos psíquicos do receptor, do imaginário bem como dos ataques dos adversários no campo da política e dos próprios *mass media*.

2.2 Imagem conceito

Baldissera (2008), com base no paradigma da Complexidade, de Edgar

Morin, propõe pensar a imagem sob três enfoques: imagem físico-visível, imagem-linguagem e imagem conceito. Para o autor, a imagem se comporta de forma polissêmica, pois há uma imensidade de significações possíveis. Mesmo que haja a intenção de produzir uma determinada imagem-conceito, e que se utilize estratégias de comunicação, não existe qualquer garantia quanto aos resultados de tais ações. Para Baldissera (2008, p. 194) esses processos dependem de negociações complexas no âmbito dos sentidos e das informações, seja no das resistências eco-físio-psico-sócio-culturais.

O autor entende a comunicação como o “processo de construção e disputa de sentidos”, que acontece na relação (tensões, ligações, encontros) com o outro. É nos processos comunicacionais que o diferente entra em contato (culturas, identidades, etc.), numa permanente construção e desconstrução de sentidos que, atravessados por novos contextos, experiências e informações, os símbolos e signos são sempre ressignificados pelos indivíduos.

O ser humano conhece o mundo mediante a construção de sentidos, e recria as coisas “[...] por meio do sentido, transformando-as em objetos carregados de significação cultural. O mundo do ser humano é sempre um sentido de mundo” (Ruiz, 2003, p. 59 *apud* Baldissera, 2008, p. 195). No entanto, Baldissera (2008) destaca que o sentido não é individual, mas sim coletivo: os significados são compartilhados socialmente e são eles que dão coerência às ações humanas; embora isso não signifique dizer que o sujeito não participe ativamente do sistema. Para o autor, o primeiro contato dos indivíduos com o mundo é apoiado na imaginação, um processo inicialmente individual. É por isso que, nessa linha de pensamento, as significações dispensam e antecedem os códigos comunicacionais, já que é possível, de modo individual, atribuir sentidos. Em síntese, Baldissera (Eco, 1991, p. 6, *apud* Baldissera, 2008, p. 196) escreve que a significação não depende de códigos, diferente da comunicação que só existe em articulação com sistemas de significação.

Baldissera (2008) sugere estudar a polissemia do termo imagem e, para isso, propõe a tríade: imagem físico-visível, imagem-linguagem e imagem-conceito. A imagem *físico-visível* é a imagem que depende da luz que incide em um objeto para então ser percebida pela visão. Essas imagens visuais são as primeiras imagens que o recém-nascido tem acesso, são elas que produzem a experiência do existir, o

primeiro contato com o mundo. Todas as imagens se formam instantaneamente na presença da luz, os indivíduos a percebem com grau ou outro de diferença devido a especificidades fisiológicas do aparelho de visão. É evidenciado por Baldissera (2008) que a imagem física parece privada do juízo de valor e de apreciação simbólica; é categorizada na instância básica da imagem. A *imagem-linguagem* é quando as imagens recebem significações, como a pintura, fotografia, televisão, os desenhos; inclusive a imagem físico-visível quando recebe significação torna-se imagem-linguagem, podendo então ser incluída nos processos comunicacionais. Há também as imagens mentais, que surgem por meio da articulação de linguagem, principalmente da verbal. Baldissera cita que esse é “o domínio imaterial das imagens na nossa mente. [...] [as imagens] aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais” (Santaella e Nöth, 2001, p. 15 *apud* Baldissera, 2008, p. 198). Ainda nesse sentido, Calvino (2001, *apud* Baldissera, 2008, p. 198) aponta que há dois tipos de processos imaginativos: um que parte da palavra até a imagem visível; e outro que parte da imagem visível para chegar à expressão verbal. Quando lemos uma história, por exemplo, imediatamente construímos imagens mentais que representem aquilo que imaginamos; e de outro lado, todas as imagens passíveis de serem codificadas, contêm significação e, portanto, são viáveis de comunicar através da linguagem.

Por *imagem-conceito* entende-se as imagens que se manifestam como juízo de valor, isso é, entendimentos pessoais que o indivíduo ou grupo atribui a alguém ou alguma instituição. Conforme explica Baldissera (2008), no processo de construção da imagem-conceito é possível que se estabeleça relações com imagens visuais, no entanto, a imagem-conceito pode se atualizar independente das articulações dessa qualidade.

Por ter um viés judicativo, a imagem-conceito inclui a ideia de reputação, já que sujeitos avaliam e criam um parecer sobre algo ou alguém. Tanto que, como observa Baldissera (2008), a imagem-conceito não é construída sobre si mesma, sobre sua identidade em si; mas sim no que parece ser. Em síntese, para o autor a imagem-conceito é:

[...] explicada como um construto simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as

informações e as percepções sobre a identidade (algo/alguém), a capacidade de compreensão, a cultura, o imaginário, a psique, a história e o contexto estruturado (BALDISSERA, 2008, p. 198).

Como já mencionando anteriormente, a imaginação é um processo que se inicia logo nos primórdios da vida, mesmo quando os bebês ainda não têm relação de significação com o mundo. Nesse sentido, Baldissera (2008) afirma, então, que mesmo se um indivíduo vivesse isolado da sociedade, seria capaz de construir imagens-conceito, pois atribuiria significados nesses processos de imaginação e de diferenciação do mundo. Nas palavras do autor: “a realização de uma imagem-conceito consiste em reconhecer um conjunto de propriedades que se supõem caracterizantes de uma dada identidade-sujeito da imagem” (BALDISSERA, 2008, p. 199). Logo, a imagem-conceito tem caráter simbólico e por isso tem seus fundamentos nos processos de significação e não da comunicação.

Não existe apenas uma verdade em imagem-conceito, nem mesmo uma linha reta que estabeleça total coerência sobre seus processos e significados; o que existe são indivíduos que constroem significações fundadas nas suas identidades e alteridades, pautadas por complexas relações entre sociedade, imaginação e comunicação.

2.3 Imagem pública

A imagem pública é resultante de uma imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na soma das imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos) (WEBER, 2004, p. 262). Essa imagem seria construída num espelho, entre o olhar e a informação e, dessa relação, sucedem dúvidas e certezas a respeito do autor e da informação em questão. Existe uma dúvida permanente sobre a verdade veiculada, pois o discurso político sempre inclui algum adversário. Já a credibilidade depende da legitimidade de quem fala e do seu “lugar de fala”, do poder que foi atribuído e da imagem sobre esta legitimidade, que é construída estrategicamente.

A disputa de poderes acontece em um contexto onde a política é espetacular, e os espelhos são as mídias, os palcos. Esses locais conferem visibilidades, ocultamentos, confirmação e suspeição; fazendo parte do processo de formação da opinião pública e por consequência da construção da imagem pública. Os resultados de uma imagem desejada são pouco controláveis já que existem processos

individuais e emocionais, não sendo, pois, possível obter total controle com a imagem percebida. Nesse sentido, Weber (2004) afirma que tudo se dirige ao espectador, que é o sujeito principal do processo de formação de imagem.

Considerando que a construção da imagem pública depende de quem fala e de seu lugar de fala, não se pode deixar de pensar que as questões de gênero podem ser pertinentes à forma que um sujeito é percebido. Os estereótipos e características atribuídas ao ser feminino e ao ser masculino são diferentes e, por isso, configuram juízos de valor pré-estabelecidos. Se a imagem carrega elementos da imaginação, é possível encontrar significados compartilhados entre pessoas de que pertencem a uma determinada cultura. Weber (2004) afirma que a imagem é sempre intermediada pelo campo midiático e, por isso, os sujeitos políticos acabam tendo que se utilizar da dimensão espetacular da mídia para alcançar visibilidade e disputar aprovação. Para Weber (2004, p. 167), a intervenção contínua de redes de comunicação midiática mantém – do ápice da visibilidade política (o espetáculo) à intimidade do voto (o gesto) – a circulação de imagens públicas alteradas e aferidas permanentemente. Ainda nesse sentido, a autora destaca:

A visibilidade cobiçada por sujeitos políticos é mantida por uma cadeia de insumos tangíveis, no campo visual, sonoro e sensitivo, que vão formando identificações visuais a serem associadas a informações abstratas de origem incontrolada, pertencentes ao acervo de fragmentos depositados no imaginário individual e hierarquizados pela paixão, pela história, cultura e ideologia de cada um (WEBER, 2004, p. 266).

Com isso, nota-se que a imagem pública é pouco controlada pelos sujeitos que a desejam formar, seja positiva ou negativa, pois depende dos jogos e de acordos entre os diversos campos, como a mídia e dos indivíduos que a elaboram. Segundo Weber (2004), o conceito de aprovação desejado por sujeitos políticos decorre da soma das imagens sociais, conceituais e visuais acumuladas no imaginário, indicativas da identidade de quem fala. A partir do exposto, é possível afirmar que são necessárias marcas visuais e conceituais para que políticos e ideologias repercutam, ou seja, os *media* se utilizam de algo do entendimento coletivo (cultura, arquétipos) para produzir informações.

As imagens visuais ficarão fragilizadas sem associação à imagem conceitual, mas esta subsiste, sem a identidade visual. A diferença e a demarcação de seus territórios são essenciais para a política, para a disputa da sociedade. O modo com que a sociedade e os indivíduos se olham é

essencial para entender como se constitui a imagem pública e como a informação e as provocações simbólicas são assimiladas ou rejeitadas (WEBER, 2009, p. 269-270).

A imagem está apoiada nas realidades e representações de objetos e opiniões, construídas socialmente, mas também pelo olhar e formas de imaginação, de caráter individual. Por isso o sua natureza dupla: ao mesmo tempo que é real, é também abstrata, pairando a dúvida sobre o que é sentido ou visto e o que poderia ser. O modo de produção de imagens políticas também modificou o modo de fazer política, para a autora:

Vivemos em tempos de aparências e da banalização da ação política, através de dramatizações que exigem o entendimento sobre a complexidade dos dispositivos simbólicos, acionados para manter e justificar os exercícios de poder (WEBER, 2009, p. 264).

De forma geral, pessoas públicas ou não, adotam uma espécie de máscara em ambientes sociais. Pode-se relacionar com a ideia de *persona* de Jung, que consiste em uma construção psicossocial adotada para um determinado fim e cumprimento de determinado papel. Jung estava interessado em apurar como as pessoas chegam a desempenhar determinados papéis, a adotar atitudes coletivas convencionais e a representar estereótipos sociais e culturais (STEIN, 2006, p. 102). Nesse sentido, é importante citar que os papéis sociais também foram, historicamente, determinados por gênero e por isso é mais comum a imagem de um homem ligada à vida pública e da mulher ligada à vida privada, por exemplo.

Sobre máscaras públicas, Weber (2004) afirma que há uma associação entre política e imagem que traz à tona a ideia do carisma weberiano, que pode ser pensado na perspectiva contemporânea de dominações do campo da política, da economia e das mídias. As relações estabelecidas entre poderes políticos, econômicos e midiáticos, assim como a celebração da aparência, reduziram o carisma à capacidade de convencimento. Em Weber (1972) essa capacidade é fabricada com os aparatos tecnológicos e linguísticos para o exercício da política, a mídia determinante na configuração do carisma.

No processo de repercussão e aprovação de uma máscara social carismática, Weber (2004) afirma que há duas ordens de realidades: a primeira é da imagem desejada (autoimagem) e a segunda é da imagem percebida, a qual pode ser avaliada pelas pesquisas. Como mencionado antes, imagem percebida depende de

variáveis incontroláveis, pois dizem respeito a representações, imaginação e outros processos sociais e individuais; também dependem da montagem simbólica, das máscaras e dos espelhos escolhidos para refleti-las. A imagem pública da política está sempre em aberto, pois depende procedimentos:

[...] primeiro individual e depois coletivo da recepção e da apreensão de informações e códigos que encontrarão ressonância ou rejeição, ao serem processados e combinados com outras imagens e símbolos armazenados pelas culturas, histórias, concepções de vida e projeto político, do indivíduo e do grupo (WEBER, 2004, p. 273).

Dessa dualidade, simbólica e abstrata, a imagem se destaca nos regimes de ordem e poder. Debord (1990, p. 40-45, *apud* Weber, 2004, p. 74) faz grande crítica a combinação entre mídia, política e sociedade. Para ele, as imagens se transformam na principal forma de relação do indivíduo com o mundo: as experiências são baseadas no consumo desenfreado de imagens. Como consequência disso, a noção com o real vai se perdendo, já que a lógica do espetáculo cria hiperrealidades.

Weber (2004) cita que existe uma operacionalização entre a “máquina de projeção” cobiçada pelos sujeitos e administrada pelos espelhos da mídia, onde os elementos interagem num “sistema de produção e monitoramento de imagens”. O roteiro indica uma dimensão estratégica e complexa, desencadeada em torno da imagem pública (WEBER, 2004, p. 276), como segue:

- a. “Identidade”: é a primeira parte do processo de quem cobiça a imagem favorável, ativado por especialistas políticos e profissionais de comunicação, que estudam a vida pública e privada do sujeito político e destacam sua diferença. São avaliados elementos culturais, profissionais, ideológicos, aparência física. A autora, no entanto, destaca que não se constrói uma identidade, apenas é possível fortalecer ou obscurecer determinados aspectos.
- b. “Objetivos e públicos”: terão de ser definidos e planejados, com base em projetos políticos, institucionais e individuais, levando em conta as relações políticas e midiáticas. Para ter uma comunicação mais eficiente, os públicos estratégicos deverão ser bem delimitados e hierarquizados, compreendendo suas diferenças culturais.
- c. A “produção e emissão estratégica de sinais visíveis e invisíveis” é o

processo desencadeado para gerar ações e relações estratégicas, são emitidas imagens visuais e provocações para adquirir visibilidade. A intenção é atingir os públicos-alvo e entrar nos processos de agendamento midiático, embora a recepção seja incontável: a abordagem midiática pode ir pelo viés do jornalismo investigativo, da denúncia.

- d. A “circulação pública de informações e ações” é o momento que as informações sobre os sujeitos políticos são publicitadas. Nesse momento, mesmo que as ações tenham sido planejadas estrategicamente, os discursos fogem do controle do emissor, fortalecendo o poder das mídias, com sua capacidade de escolha sobre o que se tornará visível e o que permanecerá oculto.
- e. A “mídiatização” é a parte da circulação de informações nas redes do “Sistema Global de Comunicações”, norteadas por interesses econômicos e políticos. No Brasil, a relação entre mídias e política cria redes de interesse político-familiares que, por si só, determinam a constituição de imagens públicas, influenciadas por investimentos financeiros, com consequências previsíveis para os interesses econômicos e imprevisíveis para a sociedade.

A tecnologia ou o meio de comunicação utilizado para editar e veicular uma informação será determinante para o grau de visibilidade e para a forma que um fato assumirá e chegará aos indivíduos. Weber (2004, p.280) também destaca que há uma tipologia de redes conectadas e capazes de potencializar mutuamente suas ações. São elas as “Redes Midiáticas de Comunicação” (mídias eletrônicas, digitais, gráficas, empresas de comunicação massiva, produzindo e veiculando informação, propaganda e entretenimento). É o espaço onde, por excelência, se estabelece a conexão entre o mundo, sociedades e os indivíduos; “Redes Privadas de Comunicação” (telefonia, Internet) que fortalecem as relações entre os indivíduos e destes com os poderes; “Redes Institucionais de Comunicação” (legislação, entidades representativas), como instrumentos de regulação da comunicação, a partir de interesses políticos, jurídicas, educacionais, religiosas e éticas; “Redes de Comunicação Mercadológica” (marketing e propaganda) abrangem a pesquisa, o planejamento, a distribuição e comercialização de objetos e informações que sustentam todo o sistema; “Redes Tecnológicas de

Comunicação” (indústrias e suportes científicos e técnicos) que mantêm o funcionamento das redes do sistema de comunicações e constituem um dos maiores centros de investimentos científicos e financeiros da história da humanidade.

- f. As “mediações” são os espaços mais próximos do modo político de agir, serve para diferenciar os lugares em que apenas as mídias alcançam. São os poderes que ficam “atrás do espelho”, como as entidades de classe, a sociedade, o poder jurídico e os profissionais de jornalismo que são eticamente acionados para alterar a pauta. Ou seja, envolve a formação da imagem não atravessada direta e exclusivamente pela mídia.
- g. “Atração, interesse e repercussão” são desejados pelas instituições e sujeitos da política que desencadearam o sistema de formação da sua imagem. É pretendido nesse processo a difusão de informações e a aceitação da opinião pública. O indivíduo tem grande poder, já que com suas paixões e processos individuais interferem diretamente na formação da imagem. Weber (2004) também ressalta que questões como a identidade cultural são tão importantes quanto as histórias individuais no processo de aceitação ou rejeição de uma imagem. Quando o indivíduo for convencido de uma ideia, irá defendê-la e difundi-la. Para Weber (2004, p.290) a sequencia decorrente desse procedimento é: identificação, fascinação, sedução, convencimento, difusão, aferição.
- h. As “técnicas de aferição da imagem” são feitas por meio de altos investimentos em pesquisas que avaliam comportamento, postura e repercussão de atitudes, fatos e comportamentos de instituições, de seus dirigentes, de políticos e partidos. As pesquisas têm grande poder de influência e por isso, principalmente em época de eleições, os institutos de pesquisa são alvos de debates éticos-legais, devido ao seu grau de convencimento. As atitudes políticas acabam sendo guiadas também pelos resultado das pesquisas, que ajuda os candidatos a terem uma resposta sobre suas ações.

Quem almeja estruturar uma imagem geralmente está em situação de poder e deseja, na verdade, impor e controlar as formas de ser visto: todo o espetáculo é

direcionado ao espectador, pois é o olhar dos sujeitos sobre os espelhos que será determinante para suas atitudes e opiniões. Os aparatos midiáticos e comunicacionais como a propaganda, assessoria pessoal, comunicação visual, gráfica, eletrônica e digital produzem discursos e estéticas diferentes afim de atingir o público-alvo desejado e ter aprovação. Essa “rede discursiva” sinalizada por Weber (2004, p.293), diz que o modo de expressão da instituição depende de dois tipos de limitações: de produção, referente às condições e restrições para gerar o discurso de identidade; e as limitações de reconhecimento, dependentes da leitura e da assimilação do discurso. Nas palavras da autora:

Trabalhar com a imagem pública significa entender que a sua construção se dá na mesma proporção de sua desconstrução: se os sinais emitidos por sujeitos, instituições políticas e mídias em disputa de poder, com as implicações indispensáveis a este processo (WEBER, 2004, p. 296).

A imagem pública, portanto, não é estática, depende de contextos, de climas sociais e políticos. Cada campanha é baseada em conceitos, na tentativa de transmitir valores e sentimentos para a construção da imagem, que contém ideias que serão aceitas ou rejeitadas pelos sujeitos. A busca frenética pela aprovação de uma imagem pública favorável marca a característica da política contemporânea: a incessante produção de imagens para a manutenção do poder.

3 FEMINISMO, PODER E POLÍTICA

Neste capítulo será discutida a história do feminismo e sua relação intrínseca com a construção da teoria política feminista. Será demonstrado que movimento feminista tem natureza política, já que está embasado nas desigualdades de gênero, fator fundamental para assimilar a dinâmica das relações de poder e dominação. Compreender a origem e o desenvolvimento da questão feminina ao longo da história, suas representações e simbolismos, são eixos necessários para a elaboração deste estudo.

3.1 O Segundo Sexo: poder e representações

O segundo sexo (1949) de Simone de Beauvoir é considerada uma das principais obras nos estudos de gênero e feminismo, pois é a partir dela que o gênero deixa de ser entendido apenas como fator biológico e passa a ser entendido

como construção social e cultural. Segundo Santos (2015), é com O segundo sexo que “os feminismos puderam compreender que cada mulher passa por experiências individuais de opressão e de exclusão, a articulação dialética entre o geral e o particular desenhando o quadro valorativo das experiências vividas” (SANTOS, 2015, p.13).

Beauvoir (2000) faz um questionamento central que guia toda sua obra: “o que é uma mulher?”. A própria pergunta oferece a primeira resposta, já que o inverso “o que é um homem” não seria questionado, porque ser homem é natural. Para a autora, há um consenso de que existe fêmeas na espécie humana, mas que é dito que a feminilidade corre perigo: “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres” (BEAUVOIR, 2000, p.7). A autora parte do princípio de que apenas a função de fêmea, a biológica, não basta para definir a mulher. Beauvoir explica:

O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular o vocabulário *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 2000, p. 9).

A construção da humanidade é feita baseada no masculino, sob o olhar masculino, ou seja, o homem é o sujeito e a mulher é o “outro”. Um exemplo disso é a pergunta feita por Freud no final do século XIX: “Afinal, *o que querem as mulheres?*”, depois de 30 anos de estudos sobre a alma feminina (BARBOSA, 2011, p.34). A pergunta feita por Freud retoma a ideia que os homens são responsáveis por construir o conhecimento, a cultura; enquanto as mulheres não teriam elas mesmas condições para responder por elas mesmas.

Beauvoir (2000) defende que a concepção de dualidades, desde as mitologias antigas, não dependem de nenhum dado empírico; tudo é posto em pares: Sol/Lua, Dia/Noite. Para a autora, esses sistemas de oposição “se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar que os dados fundamentais e imediatos da realidade social” (BEAUVOIR, 2000, p.11). As ideias da autora contribuem para afirmar que a sociedade não é apenas uma espécie, e por isso os hábitos culturais não deveriam ser definidos na biologia, muito menos os fenômenos deveriam ser analisados baseados em dualidades. No entanto,

o gênero sempre precede à mulher, ou seja, é algo que se impõe e é sempre anterior ao modo dela “aparecer”, fundado puramente na exterioridade. Beauvoir (2000) explica que:

Não é enquanto corpo é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se, não é a fisiologia que pode criar valores (BEAUVOIR, 2000, p. 56).

Ou seja, pertencer ao gênero feminino por si não agrega características naturais, mas sim a construção social, as leis e os tabus conferidos à figura feminina, que são construídos pelo masculino, o que causou uma inferioridade natural da mulher ao longo da história. Então para responder o que é ser mulher, primeiro é preciso reconhecer a situação da mulher, afirmar-se como mulher. Beauvoir (2000, p.97) reafirma essa ideia citando que: “Os homens fazem os deuses; as mulheres adoram-nos’, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas.” A partir do exposto, nota-se que a mulher sofre certas limitações apenas pelo fato de ser mulher, já que ela não é reconhecida como sujeito: sua definição advém da comparação com o homem e pelo olhar do homem.

Ao analisar o ponto de vista do materialismo histórico, Beauvoir (2000) expõe que desde a filosofia grega, Platão categoriza a alteridade como a negação, o mal: “Pôr o Outro é definir um maniqueísmo. Eis por que todas as religiões e os códigos tratam a mulher com tanta hostilidade” (Beauvoir, p.101). Por ser o “outro”, considerada o mal, a mulher é de certa forma temida. No entanto, há simbolismos ambivalentes em torno da figura feminina:

[...] da sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. O Outro é a passividade em face da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, voltada ao Mal. ‘Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher’, diz Pitágoras (BEAUVOIR, 2000, p. 101).

Como já mencionado antes, a autora cita que são os homens que compõem os códigos, então é natural que eles deem à mulher uma situação subordinada. Schmidt (2006) escreve que o modo de produção do conhecimento no Ocidente, baseado em dualidades, tem relação com questões de gênero, para ela “é

importante que se enfatize que em ambos os dualismos hierárquicos mente/corpo e sujeito/objeto, o sujeito privilegiado é o masculino” (SCHMIDT, 2006, p.103). De acordo com a autora, a natureza (simbolicamente feminina) é colocada em oposição à lei, à educação, política, liberdade (simbolicamente atributos masculinos). Desde Aristóteles há um determinismo biológico: mulheres são inferiores por natureza, portanto são parideiras, devem cuidar de seus corpos e deixarem suas mentes quietas (SCHMIDT, 2006, p. 103).

A capa da revista IstoÉ utilizou a imagem de Dilma Rousseff, no contexto em que comemorava um gol da seleção brasileira, para ilustrar a matéria com o título “As explosões nervosas da presidente”, que insinua um descontrole emocional da presidente em virtude de um possível afastamento do cargo.

Figura 1 – Capa IstoÉ: As explosões nervosas da presidente



Fonte: <<https://portalnoar.com/istoe-revela-ataques-nervosos-de-dilma-no-periodo-pre-impeachment>>. Acesso em: 31/05/2016.

Figura 2 – Montagem: As explosões nervosas do presidente



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205438210068852&set=a.1486967348326.2064646.1658213353&type=3&theater>>. Acesso em: 31/05/2016.

Na montagem que reproduz a capa da revista, com o mesmo título, mas no lugar de Dilma coloca a imagem de Michel Temer, nota-se que explosão masculina transmite outro significado: de ordem e controle. Na figura masculina, a explosão é racional e tem sentido positivo; já na figura feminina, está ligado à irracionalidade e ao desequilíbrio. A montagem, reproduzida por um site na internet, pretendeu inverter a abordagem convencional da imprensa, que com frequência desqualifica a mulher sob o sentido emocional.

Ainda sob o ponto de vista das representações, Schmidt (2006) analisa a imagem do mito da Medusa vestindo paletó (Figura 3), utilizada para ilustrar uma matéria intitulada “Lei de Biossegurança: Medusa legislativa?” publicada na Revista Adverso, da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para Schmidt (2006, p.99), a aproximação entre a figuração de Medusa e as Leis de Biossegurança “produz um efeito irônico que é o de esvaziar o sentido da lei pela forma como ela foi concebida: por atos legislativos, sem consulta àqueles que têm competência científica para corrigir suas distorções”.

Figura 3 – Medusa vestindo paletó



Fonte: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/443/296>. Acesso em: 31/05/2016.

Para a autora o que se pretendeu ao utilizar essa imagem foi:

marcar as deficiências de tais leis – suas aberrações – num movimento discursivo compatível, figuramente falando, com as ações do herói que culminam com a destruição de Medusa. Isso significa dizer que o texto reescreve, sublinaramente, a violência do mito do ponto de vista do herói, e codifica na imagem parcialmente masculinizada de Medusa a razão pela qual a lei/Medusa deve ser eliminada: o poder excessivo e ilegítimo, o poder contestado e não legitimado pela comunidade de direito (SCHMIDT, 2006, p. 99).

Os exemplos demonstram que a mulher não só é punida como tem sua racionalidade menosprezada. Historicamente, as narrativas não foram protagonizadas por figuras femininas, elas apenas são postas entre lacunas que expressam algo negativo na história da humanidade. Do mesmo modo, Medusa por

ser uma figura independente e poderosa, merece ser morta por um herói masculino. Beauvoir está de acordo com essas ideias ao apontar que:

Todo mito implica um sujeito que projeta suas esperanças e seus temores num céu transcendente. As mulheres, não se colocando como Sujeito, não criaram um mito viril em que se refletissem seus projetos; elas não possuem nem religião nem poesia que lhes pertençam exclusivamente: é ainda através dos sonhos dos homens que elas sonham. São os deuses fabricados pelos homens que elas adoram (BEAUVOIR, 2000, p. 182).

A pergunta de Beauvoir (2000), como mencionado anteriormente, “o que é uma mulher”, é fundamental para a definição da mulher enquanto sujeito, dona do seu corpo e história. Esse é um movimento que deve ser feito desvinculado da biologia ou em comparações e em relação ao homem: a mulher deve ser definida por si mesma. O poder masculino é construído e legitimado por meio dessas narrativas que constroem a cultura de que a mulher tem um papel inferior e submisso, e portanto seu lugar não é em posições de prestígio social. É importante relatar que, para os objetivos desta breve análise, não serão aprofundadas teorias que envolvem diversidade de gênero, como, por exemplo, os estudos da filósofa estadunidense Judith Butler que, em síntese, desvincula a dicotomia sexo/gênero, diferente do que Simone de Beauvoir conseguiu alcançar à época. Importa aqui entender o início e os desdobramentos da teoria feminista, que envolve a construção histórica das relações de poder, baseadas em divisões que privilegiam o masculino em detrimento do feminino.

No entanto, ainda é relevante acrescentar algumas observações da teoria feminista, presente em Joan Scott (1995). A autora escreve que as historiadoras feministas têm empregado pelo menos três abordagens na análise de gênero: a primeira é uma tentativa unicamente feminista que busca explicar a origem do patriarcado; a segunda de orientação marxista que busca fazer essa análise juntamente com as críticas feministas, e uma terceira abordagem que é dividida entre o pós estruturalismo francês e as teorias anglo americanas de relação do objeto que se inspira nas escolas de psicanálise para explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p.71). A autora expõe que a abordagem marxista é criticada, pois o sistema econômico não determina de maneira direta as relações de gênero já que a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo. De toda forma, entende-se que a ideologia de gênero reflete nas

formas de organização social, afetando diretamente também nas estruturas econômicas. A sistematização que coloca os homens no trabalho e as mulheres em casa com certeza tem consequências nas demais hierarquias sociais, mas, para a autora, o que não fica claro é a origem e razão dessa divisão, para ela “O que falta é uma forma de conceber a realidade social em termos de gênero” (SCOTT, 1995, p.83). Para os pós-estruturalistas, “linguagem” não designa palavras, mas sistemas de significação – ordens simbólicas – que precedem o domínio do real da fala, da leitura e da escrita” (SCOTT, 1995, p.81). A busca por esses significados advém da observação do sujeito individual, da organização social e da natureza dessas relações; é disso que é possível compreender como funciona o gênero.

A definição de gênero para a autora tem duas partes e alguns subconjuntos: a primeira parte diz que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. No entanto, essas mudanças na representações do poder não são unidirecionais e, a partir disso, a autora discorre que o gênero implica em quatro elementos inter-relacionados:

[...] em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditória) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, da tradição cristã ocidental – mas também mitos da luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. Para os/as historiadores/as a questão importante é: que representações simbólicas são invocadas, como e em quais contextos? Em segundo lugar, os conceitos normativos que expressam interpretações dos significado dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino (SCOTT, 1995, p. 86).

O terceiro aspecto tem a ver com a nova pesquisa histórica, que, para Scott (1994), precisa ultrapassar a fixidez em relação à natureza e aos papéis conferidos a cada gênero. Ainda para a autora é necessário que sejam incorporadas concepções de política e as formas de organização social das instituições. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Scott (1994) concorda que a psicanálise pode dar algumas contribuições importantes, mas ela discorda que a identidade de gênero baseada unicamente no medo da castração seja suficiente para explicar todas as subjetividades, sem incluir uma investigação histórica mais aprofundada. Ela conclui esse pensamento afirmando que os historiadores “deveriam examinar as formas

pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p.88). As melhores tentativas desse domínio, para a autora, são as biografias, uma perspectiva positiva para esse estudo que irá se concentrar em um sujeito público.

A segunda parte da definição de gênero para Scott (1994) diz que este é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Como mencionado anteriormente, o gênero legitima e constrói relações sociais, é também nessas relações que o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. O poder não apenas faz referencia ao significado homem/mulher; ele também o estabelece. Para a autora:

A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento (SCOTT, 1994, p. 92).

A exclusão das mulheres tem a ver diretamente, então, com a oposição binária e os processos sociais das relações de gênero. Questionar ou alterar essas estruturas de relação de poder significaria comprometer um sistema inteiro. A autora afirma que “Para proteger o poder político, a referencia deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina” (SCOTT, 1994, p.92). Como visto, a construção de gênero remete a uma questão de sistematização das relações sociais, que interfere diretamente na organização política, fatos que são fundamentais para este estudo.

3.2 A mulher na política

Pinto (2010) escreve que a primeira onda do feminismo aconteceu inicialmente na Inglaterra a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres se organizaram para reivindicar seus direitos, sendo que o primeiro que se popularizou foi o direito ao voto (as *sufrajetes*). No Brasil também a primeira onda do feminismo teve como pauta as manifestações pelo direito ao voto. A líder do movimento, Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, teria iniciado a luta no Brasil em 1910, mas só em 1927 a mesma organização levou um abaixo-assinado ao Senado que pedia o direito de

voto às mulheres. Cinco anos depois, em 1932, esse direito viria a ser concedido, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Ainda na primeira fase do feminismo, no ano de 1917, aconteceu o movimento das operárias, de ideologia anarquista, que estava presente nos Estados Unidos, Europa e também Brasil. Segundo Pinto (2010), a partir da década de 1930 o movimento feminista perde a força e só retorna em 1960. Nesse período de trinta anos o que aconteceu de mais importante para o movimento feminista foi, em 1949, o lançamento do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir. Nos anos 1960 surgiu o movimento *hippie*, que apresentava uma nova forma de viver a vida, contrariava as práticas de consumo e valores morais. É nos primeiros anos dessa década que também surge um remédio importante para a emancipação sexual feminina: a pílula anticoncepcional.

O acesso ao método contraceptivo proporcionou mais liberdade para as mulheres em relação à sua sexualidade e autonomia sobre seus corpos. Muito embora a pílula tenha inúmeros efeitos colaterais que não eram informados à época e, hoje, muitas mulheres optam por não utilizar esse medicamento. Nota-se que, com a evolução do movimento, além da dominação de classes agora aparece também a luta contra a dominação do homem sobre a mulher. Nesse contexto a autora salienta que:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 16).

É com o feminismo que as mulheres percebem que não é apenas vida pública que elas estavam em desvantagem em relação aos homens; mas sim que suas vidas particulares também sofriam interferência do Estado. No Brasil, por exemplo, só em 1962 foi sancionado o Estatuto da Mulher casada, que garantiu entre outras coisas que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar. Nos anos 1960 enquanto havia um cenário propício para movimentos libertários na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil acontecia em 1964 o golpe militar, silenciando as lutas políticas, principalmente das minorias e da esquerda. As primeiras manifestações feministas no Brasil aconteceram na década de 1970 e

eram vistas com grande desconfiança pelo regime militar por “entendê-las como política e moralmente perigosas” (Pinto, 2010, p.17). Somente com a redemocratização em 1980 o movimento feminista tem vitórias significativas, como a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. Desse esforço, Pinto (2010) cita que a constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para as mulheres.

A reivindicação pelo direito ao voto, como mencionado antes, foi uma das primeiras lutas do movimento das mulheres e também uma das suas grandes conquistas. Pinto (2010) cita que quando a constituição de 1891 determinou que todos os cidadãos brasileiros alfabetizados e maiores de 18 anos eram eleitores, excluindo as mulheres, se explica pelo fato delas serem confinada ao lar: elas simplesmente não existiam na esfera pública. A partir de 1932 quando direito ao voto foi concedido à mulher, criou-se a esperança de que o voto feminino abriria espaço também para a entrada das mulheres em ambientes políticos. No entanto, Miguel (2014, p.93) afirma que foi “perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens”.

A diversidade tanto de gênero quanto de raça e sexualidade, deveria se encontrar representada na política, porque, só assim, seria possível se aproximar de uma democracia propriamente dita. No entanto, fatores como desigualdade social e preconceitos, acabam tirando a possibilidade de representação de determinados grupos sociais nas esferas de poder. Uma das abordagens que Pinto (2010) utiliza para explicar a ausência da mulher na arena política é a posição da mulher na estrutura de dominação. Para a autora, a mulher “começou a aparecer na ordem da dominação do mundo público como *persona*, que deveria ser controlada. A ela foram atribuídos lugares permitidos e lugares proibidos” (PINTO, 2010, p.19), um desses lugares proibidos era justamente o ambiente político. Para a autora isso se deve ao fato do:

Imenso poder pessoal que adquirem os membros de parlamentos e governos. Este poder pessoal não tem correspondência necessária no poder político, mas é fundamental na reprodução de ordens hierárquicas presentes na sociedade brasileira: de classe; de gênero; de etnia; entre outras (PINTO, 2010, p. 19-20).

Portanto, todo esse processo de exclusão da mulher está ligado, para a autora, além da dominação masculina, aos processos de desigualdade social

presentes no Brasil. A entrada dessas *personas* no espaço público é barrada, as mulheres feministas podem falar algumas coisas e outras não, já que “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista” (PINTO, 2010, p.20). É por esse motivo que autora afirma que mesmo quando as mulheres ultrapassam as barreiras pessoais e partidárias e tornam-se candidatas, elas não enfatizam o fato de serem mulheres; é o que Pinto chama de *política de ideia e política de presença*: “não basta mulheres no parlamento para que seus direitos sejam defendidos” (Pinto, 2013, p.66). Para a autora, há então esse problema quanto à representação da mulher, já que apenas sua presença não garante seu espaço enquanto sujeito da causa feminista, isto é, enquanto sujeito político mulher.

Ainda sobre a presença da mulher em espaços públicos, Pinto (2010, p.18) propõe um questionamento: que mulheres queremos nos cenários políticos? Qualquer mulher, independente de classe e posição política ou mulheres feministas que apoiem as causas do movimento? A autora responde que, embora somente as mulheres que se reconheçam enquanto sujeitos políticos têm condições de engajar na luta, há também que se levar em conta que a simples presença de mulheres (sejam elas feministas ou não) em posições de poder, representa um “quadro maduro de concorrência eleitoral, é muito revelador da posição ocupada pela mulher no espaço público da sociedade”, e completa afirmando que “é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independente da posição política, ideológica e mesmo da inserção do movimento feminista” (PINTO, p.18, 2010). Ainda é importante dizer que pode haver defensores do feminismo em um parlamento sem mulheres, no entanto, a autora afirma ser uma situação rara e limitada.

Diante disso, Pinto (2013) questiona qual é a mulher o eleitor aceita nos cargos legislativos e executivos importantes, para ela, há três possibilidades de presença da mulher no cenário da política institucional:

[...] a mulher como cidadão, isto é, ela não se diferencia do homem por sua condição de gênero; a mulher que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico). Esta é a mulher que sabe seu lugar, mesmo na política. E uma terceira possibilidade é a mulher que chega à política pela sua luta feminista, ou, mesmo tendo outra trajetória, incorpora a luta pelos direitos da mulher como sua razão de militância (PINTO, 2013, p. 67).

Dessas três alternativas, a autora afirma que a terceira é a mais difícil de encontrar, fato que pode ser explicado em decorrência, como dito antes, das contrariedades da entrada do sujeito feminino nas esferas públicas de poder e do impasse ser maior caso seja uma mulher e feminista. O espaço político é masculino e por isso “[...] é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita” (PINTO, 2010, p.21). Por isso, não basta apenas que as mulheres habitem os espaços políticos, mas sim que elas utilizem esses espaços como meio da voz e luta das mulheres. E de outro lado, esse espaços que ainda são majoritariamente masculinos, além de abrigar a presença das mulheres, devem ser capaz de ouvir e legitimar suas falas.

Pinto (2010) cita as palavras de Butler (2003): “Se alguém é mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. Essa ideia leva a pensar que quando as mulheres saem do privado para ocupar algum lugar no espaço público, elas se tornam cada vez menos mulheres. O debate sobre a dualidade feminina nas esferas públicas e privadas é um dos temas principais para o entendimento do pensamento feminista. Miguel (2014, p.19) reitera essa concepção ao afirmar que “O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública”.

Biroli (2014) expõe que na definição de Habermas (1962), a esfera pública seria o local onde se dá a discussão *entre iguais*. No entanto, a autora defende que as diferenças de responsabilidade nas esferas consideradas não políticas, ou seja, domésticas, causam consequências públicas. Biroli (2014, p.34) ainda escreve que a organização das relações na vida privada “constitui barreira à participação paritária de mulheres e homens na vida pública”, já que as mulheres são destinadas, historicamente, à esfera doméstica, a cuidar das crianças e idosos; além de estarem submetidas, à “violência e a dominação de gênero na família”. Por isso que, desde 1960, o movimento feminista já apontava a ligação entre o privado e o social, tanto que o slogan do movimento na época era “o pessoal é político” (Miguel, 2014, p.28).

Miguel (2014) lembra que as visões de Aristóteles e Rousseau, bem como a mitologia judaico-cristã, postulavam uma inferioridade natural feminina. Contrariando esses pensamentos, o autor observa que para garantia e acesso aos direitos, é necessário o princípio de igualdade já que “as mulheres são iguais aos homens na

capacidade intelectual, no potencial de contribuição para a sociedade” (Miguel, 2014, p.64). No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que essa busca pela inserção na universalidade não é neutra, mas sim masculina, ou seja:

Não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes e mais dignas do que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição social em particular (MIGUEL, 2014, p. 65).

Diante disso, entende-se que a construção histórica de ambientes com dominação masculina coloca a mulher em posições menos reconhecidas e, mesmo que elas conquistem postos de influência de forma democrática, enfrentam obstáculos apenas pelo fato de serem mulheres e carregarem o estigma de inferioridade. No entanto, Biroli (2014, p.36) menciona um ponto paradoxal na relação público-privado das mulheres: o fato delas estarem vinculadas ao lar e aos cuidados afetivos cria-se a ideia de que essas qualidades teriam um impacto positivo caso levado para esfera política. Nesse sentido a autora refere que:

Há um conjunto de referências para o julgamento da atuação feminina em qualquer esfera, estabelecendo continuidades entre um papel que seria reservado às mulheres na vida privada (mãe, mulher afetiva e zelosa com a própria aparência) e o papel que teriam na vida pública (BIROLI, 2010. p. 296).

Essa ideia de continuidade dos papéis é nociva à liberdade plena da mulher, já que, por mais que em um primeiro momento possa se configurar como uma vantagem no momento de conseguir voto acaba sustentando a crença de que existe uma série de características que pertencem naturalmente às mulheres. No entanto, Biroli (2010) lembra que se por um lado o apagamento das marcas de gênero pode reforçar uma concepção universal de indivíduo, que nega que as diferenciações existem socialmente e que as relações de poder são perpassadas pelo gênero; já por outro lado, Biroli (2010, p.293) cita que “a presença enquanto mulheres, vinculada a estereótipos que remetem à maternidade e à sexualidade [...] remete a representações convencionais e restritivas”, que são naturalizadas pela mídia. Para ela, existe:

A exigência difusa de que as mulheres se comportem enquanto homens quando se encontram em posições de maior destaque, ou para que a elas tenham acesso, convive com a exigência de que as mulheres se comportem enquanto mulheres (BIROLI, 2010, p. 293).

Concordando com as ideias de Biroli, Miguel (2014) relata que existe uma fantasia que a presença feminina nas esferas de poder amenize o caráter agressivo da política, pois “As mulheres trariam para a política uma valoração da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz [...]” (Miguel, 2014, p.69). Porém, o autor escreve que essa corrente é criticada pois seria uma espécie de armadilha que segrega as mulheres em posições predeterminadas e subalternas do campo político. Miguel (2014) ainda ressalta que o discurso considerado adequado no campo político segue o padrão dos dominantes, ou seja, dos homens. Para o autor, a fala das mulheres “carrega marcas de inferioridade, desde a disposição afetiva associada a elas, julgada como excessivamente compassiva, até o próprio timbre de voz, já que o mais grave é vinculado socialmente ao exercício da autoridade” (Miguel, 2014, p.106).

A partir dessas reflexões, fica claro que não se deve negar a existência das diferenças entre os gêneros, principalmente no que se refere à construção dos papéis sociais; mas é necessário entender essas diferenças sem reforçar estigmas que inferiorizam as mulheres. Biroli (2010, p.276) observa que “tanto a exclusão das mulheres da vida política quanto sua inclusão estão historicamente associadas a suas diferenças em relação aos homens – ‘as mulheres vêm sendo excluídas e incluídas como mulheres’ (Pateman, 1990:60)”. Essa marca de diferença se evidencia porque os interesses masculinos aparecem como universais, neutros, ao passo que “A defesa dos direitos das mulheres é uma pauta ‘específica’; os homens podem falar pela coletividade em geral (Miguel, 2014, p. 106). O autor ainda destaca que:

[...] As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino (MIGUEL, 2014, p. 106-107).

Cria-se uma situação difícil de ser resolvida, já que as características que legitimam um político do sexo masculino conferem um outro sentido caso as

mesmas sejam atribuídas a um sujeito feminino, ou seja, os atributos considerados positivos a um sujeito político não parecem compatíveis às mulheres. A ideia de indivíduo liberal, onde todos cidadãos seriam iguais, elimina os privilégios, já que não leva em conta as relações de opressão e dominação. Biroli (2014, p.109) cita que o feminismo nasce das ideias liberais, com a promessa de igual garantia de liberdade individual. A grande crítica que se faz a esse pensamento é que ele desconsidera as desigualdades efetivas, como as de gênero, já que o ideal de individualidade é pautado no masculino, distante de experiências e dos interesses das mulheres. A autora ainda defende que a divisão sexual do trabalho precisa ser discutida, pois ela está na base do acesso a diferenciados recursos, bem como o tempo livre e outras experiências distintas. Para ela, “esse é um dos sentidos em que nascer homem ou mulher tem impacto sobre as possibilidades de exercício da autonomia” (Biroli, 2014, p.113-114).

Afastando-se da ideia liberal, há outra abordagem que entende a autonomia e a autossuficiência como equivalentes. Porém, Biroli (2014, p.121) destaca a problemática da autonomia, já que o indivíduo não determina a si mesmo por depender das relações de sociabilidade e dos contextos institucionais. Para a autora, esse entendimento:

[...] é uma abstração que colabora para valorizar quem está em posição vantajosa em determinados contextos e arranjos institucionais, ao mesmo tempo em que caracteriza como desviantes aqueles que não ‘dão conta de si’ (BIROLI, 2014, p. 120).

Nenhum indivíduo, portanto, tem total autonomia sobre si, principalmente por ter atravessamentos sociais e políticos que interferem diretamente na sua vida. O feminismo, por sua vez, mostrou que não é possível dissociar a relação entre a vida privada da vida pública, e que é necessárias intervenções do Estado para garantir proteção e igualdade de direitos. As mulheres vivem em condições particulares, como a convivência com a violência em suas diversas formas, seja doméstica ou simbólica; tudo isso demonstra o quanto elas ainda não tem autonomia sobre a própria vida e corpo. Todos esses fatores contribuem para as mulheres não tenham tanta representatividade na política quanto os homens.

4 MANUELA D'ÁVILA: MULHER, POLÍTICA E IMAGEM

Neste capítulo será discutida e analisada a trajetória de Manuela d'Ávila a partir do levantamento bibliográfico sobre feminismo, mulheres na política e imagem pública. Primeiro são relatadas informações biográficas da deputada, como o perfil político, materiais de campanhas, dados das eleições, suas principais bandeiras e conquistas nos cargos que ocupou. Será discorrido a respeito de pontos que foram considerados mais pertinentes para os objetivos desse trabalho, dialogando, não apenas com o referencial teórico, mas também com a entrevista em profundidade realizada com Manuela.

4.1 Perfil político

Manuela d'Ávila é formada em jornalismo pela PUCRS e em sociologia pela UFRGS, iniciou sua trajetória política no movimento estudantil em 1999, quando se filiou à União da Juventude Socialista (UJS). Dois anos depois ingressou na política partidária pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde segue até hoje. Já em 2002 foi diretora nacional da UJS e em 2003 Manuela foi conselheira do Conselho Universitário da UFRGS, coordenadora do Centro de Estudantes de Ciências Sociais, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes e presidente estadual em 2005.

Com o slogan de campanha “E aí, beleza?”, Manuela foi eleita em 2004, aos 23 anos, a mais jovem vereadora de Porto Alegre com 9.498 votos. Na Câmara de Vereadores, aprovou a lei que regulamenta a meia-entrada em eventos culturais em Porto Alegre, marcando seu compromisso com as causas jovens e estudantis.

Figura 4 – Panfleto para campanha de vereadora em 2004



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=gJ-Fdn9hkjQ>>. Acesso em: 02/06/2016.

Nessa época, atuou também como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude e foi vice-presidente de Comissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência. Pelo desempenho nos dois anos como vereadora, Manuela recebeu uma homenagem da UVERGS (União dos Vereadores do Rio Grande do Sul) em reconhecimento ao trabalho relevante prestado. Ainda no cargo legislativo, foi líder da bancada do PCdoB e no ano de 2006 foi eleita a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, somando 271.939 votos.

Figura 5 – Panfleto para campanha de deputada federal em 2006



Fonte: assessoria de comunicação

Como deputada federal, Manuela coordenou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e a Frente Parlamentar Mista pela Democratização da Comunicação com Participação Popular. Em parceria com o deputado Átila Lira (PSB/PI), Manuela implementou a lei que regulamenta os estágios nos ensinos superiores e técnicos, dando direito a férias e carga horária máxima de seis horas. Ainda no congresso, foi relatora do Estatuto da Juventude Políticas Públicas para a Juventude, um projeto construído com origem no debate com jovens, gestores públicos e especialistas em questões da juventude de todo o país. O Estatuto garante benefícios aos estudantes no transporte público, no financiamento estudantil e no ingresso nas universidades públicas. Em 2013, a carta de direitos e deveres para jovens entre 15 e 29 anos virou lei após nove anos de construção. Na área da cultura, Manuela conseguiu aprovação do Plenário da lei que criou o vale-cultura, que concede um benefício no valor de 50 reais ao trabalhador que receba até cinco

salários mínimos para ser utilizado em serviços e produtos culturais.

Em 2008 se candidatou à prefeitura de Porto Alegre, mas acabou em terceiro lugar, perdendo para Maria do Rosário (PT), que ficou em segundo, e José Fogaça (PMDB), eleito prefeito da cidade. No ano seguinte, foi indicada por jornalistas ao Prêmio Congresso em Foco e foi eleita pelos internautas como a deputada que melhor representa a população na Câmara.

Figura 6 – Programa eleitoral gratuito, campanha para prefeitura de Porto Alegre em 2008



Fonte: < <https://www.youtube.com/watch?v=wrZELp0PA-0> >. Acesso em: 02/06/2016.

Ainda em 2009, Manuela foi vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde votou em projetos como a criação de varas federais do trabalho em diversas regiões do país. Durante o período, Manuela defendeu o fim das demissões coletivas e consolidou sua relação com sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais.

Manuela foi reeleita deputada federal em 2010 com 482.590 votos, sendo a deputada federal mais votada da história do Rio Grande do Sul e a parlamentar mais votada do Brasil.

Figura 7 – Programa eleitoral gratuito, campanha para deputada federal em 2010



Fonte: < <https://www.youtube.com/watch?v=u1Ou3Xy2o74> >. Acesso em: 02/06/2016.

Em 2011 atuou como vice-líder do governo de Dilma Rousseff no Congresso e foi apontada pela revista *Época* como uma das 40 personalidades com menos de 40 anos mais influentes do Brasil e, ainda, como uma das 100 personalidades mais influentes do país. No congresso federal foi autora de uma importante lei para as mulheres, que prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Foi indicada novamente ao Prêmio Congresso em Foco em duas categorias: melhor parlamentar e parlamentar de futuro, ficando entre os melhores na votação popular. Também em 2011, esteve em Washington para participar de um seminário organizado pela universidade de Harvard com os tomadores de decisão do futuro no Brasil e foi apontada pelo jornal inglês *The Independent* como uma das principais líderes mundiais do futuro. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Manuela é uma das “100 Cabeças do Congresso”. Manuela assumiu também a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, defendeu democratização da comunicação, e o direito à informação. Depois de presidir e Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Manuela foi eleita vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratando de temas como a soberania do Brasil e a relação com outros países.

Em 2012 concorreu novamente à prefeitura de Porto Alegre com a coligação “Juntos por Porto Alegre”, composta por cinco partidos, o que garantiu o terceiro maior tempo no horário político eleitoral. De acordo com as pesquisas do IBOPE, Manuela chegou a alcançar o primeiro lugar, mas acabou perdendo a eleição para José Fortunati, do PDT.

Figura 8 – Programa eleitoral gratuito, campanha para prefeitura em 2012



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=xPm6xf_Ciqk. Acesso em 30/05/2016.

Em 2013 Manuela foi a única mulher escolhida como líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. Nesses dois mandatos como deputada federal, teve reconhecimento no Brasil e na América Latina pela defesa dos interesses da juventude e dos trabalhadores. Motivada a voltar para Porto Alegre, Manuela se candidatou nas eleições de 2014 e foi eleita a deputada estadual mais votada do Rio Grande do Sul, com 222.436 votos.

Figura 9 - Programa eleitoral gratuito, campanha deputada estadual em 2014



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Xb7Lsyc1XI>>. Acesso em: 02/06/2016.

Em pesquisa realizada pelo instituto Paraná Pesquisas¹ em dezembro de 2015, Manuela liderava as pesquisas para a prefeitura de Porto Alegre. No primeiro cenário, Manuela teria 25,3% das intenções de voto, seguida por Luciana Genro (PSOL) com 12,2%. No segundo cenário, Manuela teria 26,4% contra 13,8% do senador Lasier Martins (PDT).

Atualmente, Manuela exerce o cargo de deputada estadual na cidade de origem, Porto Alegre, e é casada com o músico Duca Leindecker com quem teve uma filha, nascida em agosto de 2015. Diante do contexto, a deputada passou a se dedicar com mais força a causas voltadas às mulheres e, principalmente, à maternidade, como se expressa no lançamento da frente parlamentar “Mães empoderadas, primeira infância respeitada” (Figura 10), onde debate sobre políticas públicas a respeito desses temas.

¹ Disponível em: <<http://www.paranapesquisas.com.br/noticias/brasil-247-rs-divulga-pesquisa-sobre-a-intencao-de-voto-para-a-prefeitura-de-porto-alegre-rs>>. Acesso em: 10 jun 2016.

Figura 10 – Lançamento da frente parlamentar “Mães empoderadas, primeira infância respeitada”



Fonte: <https://www.facebook.com/manueladavila/photos/pb.126702654044870.-2207520000.1463879373./1499131343468654/?type=3&theater>. Acesso em 21/05/2016.

Observou-se, que para o evento “Seminário Estadual”, a frente foi editada: houve o acréscimo da frase “Pais participativos” (Figura 11).

Figura 11 – Seminário Estadual “Mães empoderadas, pais participativos, primeira infância respeitada”



Fonte: <https://www.facebook.com/manueladavila/photos/pb.126702654044870.-2207520000.1463879337./1553826017999186/?type=3&theater>. Acesso em 21/05/2016.

A reformulação faz sentido para reafirmar uma das bases da luta feminista, que é a igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo a divisão das atividades domésticas e criação dos filhos, ideia que a deputada tem defendido.

4.2 Maternidade

A maternidade e a relação de amamentação com o bebê, por serem experiências biológicas próprias das mulheres, são bons exemplos que demonstram a pouca adaptação dos espaços institucionais ao público feminino. A ideia feminista de que o pessoal é político, significa, entre outras coisas, que as mulheres devem ter direitos que são próprios delas, como a licença maternidade, direito à creche, etc. Nesse sentido, Manuela é autora do projeto de lei que autoriza a entrada de doulas, quando solicitada pela mãe, para acompanhar o parto (além do acompanhante, o que já era garantido por lei). Junto com o deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), Manuela aprovou, em 2015, a lei que garante que as mães possam amamentar onde quiserem, seja em estabelecimentos públicos ou privados. Mas o debate sobre amamentação em locais públicos se intensificou quando, em janeiro de 2016, Manuela publicou uma foto (Figura 12) enquanto amamentava sua filha, Laura, em uma conta do Instagram (@leisdelauro) que usa de forma privada, para compartilhar suas opiniões, impressões e sensações sobre a maternidade. A foto foi utilizada para ilustrar uma matéria no blog Maternar do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre uma vacina de 4 meses aplicada nos bebês.

Figura 12 – Screenshot Instagram @leisdelauro



Fonte: Instagram @leisdelaaura. Acesso em 21/05/2016.

A foto foi alvo de diversos comentários ofensivos, sugerindo, por exemplo, que a deputada não deveria “expor a mama” e que seria um “péssimo exemplo” levar o bebê para sua cama. Manuela fez um *post* na mesma rede social para rebater os comentários (Figura 13).

Figura 13 – Críticas à exposição da mama



Fonte: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2016/01/criticada-por-foto-de-amamentacao-manuela-d-avila-devolve-o-peito-e-meu-4952291.html>. Acesso em 21/05/2016.

A amamentação gera um incômodo nos espaços públicos, já que o modelo masculino dominante ainda não está habituado a lidar com as mulheres nesses ambientes. Nos comentários da imagem, as críticas são ao sujeito público, como se o ato da deputada amamentar fosse uma imoralidade. Outras ofensas em relação à imagem de Manuela amamentando são de ordem sexual, sugerindo que a exposição da mama incentiva o assédio. Sobre isso, Manuela relata que:

Tanto a amamentação quanto o estupro têm uma relação direta que é o tema do corpo da mulher. Ela pode provocar algo no homem porque ela está de seio de fora, quando na realidade ninguém percebe que se alguém tem alguma coisa com o seio de fora de uma mulher, mesmo que não fosse para amamentar, esse alguém que é o responsável (D'ÁVILA, 2016).

O constrangimento ocasionado em relação à amamentação é uma das formas de exclusão política das mulheres, já que no momento em que são proibidas do ato natural de amamentar em espaços públicos, estão sendo impelidas ao confinamento

doméstico. As diversas formas de violência sexual, como o assédio, reafirma a mulher como objeto e não como sujeito. O baixo número de mulheres na política acaba contribuindo para que esses ciclos permaneçam, e cada vez mais os homens falem em nome das mulheres.

Fica evidente que a maternidade tem sido determinante no fazer político de Manuela: a condição de mãe a aproxima cada vez mais da militância pelo direito às mulheres. Sobre ter se tornado mãe, Manuela refere:

Tem frases bem clichês, mas tem gente que diz que “nasce a mãe, nasce a culpa”, porque a nossa sociedade culpabiliza a mulher o tempo inteiro, então eu estou aqui sem a minha filha e eu respondi quatro vezes no elevador “onde afinal andava minha filha”; eu venho com a minha filha eu passo o dia respondendo se ela não tem com quem ficar. Quem seria a pessoa com quem ela tem que ficar? A avó, porque claro, a ideia é de que a avó é uma pessoa que não trabalha. Não existe solução boa para nenhum dos problemas relacionados ao tema da maternidade, só responsabilizar a mulher (D’ÁVILA, 2016).

Existe uma crença histórica que os cuidados de uma criança pertencem exclusivamente às mães. Se por um lado a necessidade biológica da amamentação cabe apenas às mulheres e, portanto, os espaços públicos precisam viabilizar isso; as responsabilidades com os filhos e o lar deveriam ser divididas, assim como o poder público deve garantir maneiras de assistir às crianças e incluir de maneira igualitária as mulheres nos ambientes institucionais. Esse tema é recorrente nos debates sobre a inclusão da mulher na vida pública, já que o privado interfere diretamente na sua participação. Sobre isso, Biroli (2014) menciona que:

Primeiramente a esfera doméstica e familiar, a família e a privacidade, são também tópicos para decisões políticas, que, por sua vez, as afetam e dão forma às relações que nelas se constituem. Isso significa que práticas relativas à maternidade, ao direito das crianças, aos limites e às formas assumidas pela famílias, entre outras, estão sujeitas ao controle político e são afetadas por ele. Além disso, o fato de determinados aspectos da vida serem considerados provados e íntimos e, como tal, resguardados do controle do Estado é também fruto de valores e normas políticas (BIROLI, 2014, p.53).

Essa situação se evidencia na decisão de Manuela por não concorrer à prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2016, mesmo sendo líder nas intenções de votos. Em um texto publicado em seu Facebook, a deputada mencionou que um dos motivos pra esse escolha foi sua filha: “Minha filha Laura tem apenas cinco meses. Sei o quanto ela precisa de mim em seus primeiros mil dias, fundamentais

para o desenvolvimento. Não adiantaria lutar pelo desenvolvimento de nossos bebês e não fazer valer a minha luta para minha própria filha!”. Manuela acrescentou também que uma campanha envolve muito empenho e desgaste: “uma campanha é tensa, desgastante, e sei que, infelizmente, no momento da campanha eleitoral quem está na frente se torna o alvo de ataques que, não raramente, transcendem o limite da ética”. Ao ser indagada sobre o que seriam esses limites éticos, Manuela respondeu:

O tema do machismo é um desses temas, porque eu fui candidata majoritária duas vezes, então eu sei como eles tratam as candidatas mulheres, acho que a gente precisa dizer “olha, para tudo existe um limite”. Eu embora seja uma militante há 18 anos da minha vida, eu não acho que seja correto eu envolver um bebê nesse ambiente, porque a política do nosso país é machista, é desqualificada; as eleições não são um debate de ideias: são um conjunto de outras coisas (D’ÁVILA, 2016).

Por mais que Manuela não tenha abdicado da vida política, os fatores que a levaram a abrir mão de concorrer e, segundo as pesquisas, possivelmente se eleger a primeira prefeita de Porto Alegre, tem base nos tensionamentos entre público e o privado. Manuela sugere que:

Os homens fazem tudo. Os homens têm um formato de sociedade em que eles conseguem fazer tudo; as pessoas falam “é uma decisão individual”, não! Por isso que nós falamos na função social da maternidade porque não é uma mulher que consegue o tempo inteiro fazer tudo como se estivesse fora dessa sociedade, não, essa sociedade não é preparada para que as mulheres façam tudo. Para que possam, por exemplo, concorrer à prefeitura e ser mãe” (D’ÁVILA, 2016).

No entanto, ao ser questionada se isso então significa que as mulheres não tem espaço ainda para conciliar as duas coisas, chama atenção a resposta de Manuela: “Não, eu acho que a gente constrói esses espaços, mas eles são espaços que exigem uma luta muito grande para serem conciliados, e a gente precisa dizer isso. A minha não candidatura é também uma forma de eu dizer isso”, ela afirma que se aceitasse, “ia ter que fazer de conta que eu era igual a um homem” (D’ÁVILA, 2016).

4.3 A política como espaço masculino

O Brasil tem ocupado posições muito baixas no *ranking* mundial relativo à participação das mulheres na política. De acordo com dados da Inter-Parliamentary Union (IPU)², publicados em fevereiro de 2016, de um total de 191 países, o Brasil ocupa a posição 154 quando se analisa o percentual nacional de cadeiras no parlamento ocupadas por mulheres. Segundo o documento, das 513 cadeiras apenas 51 (9,9% das vagas) na Câmara dos Deputados foram ocupadas por mulheres nas eleições de 2014. E das 81 cadeiras do senado, apenas 13 foram ocupadas por mulheres (16% das vagas). Observa-se que não há o cumprimento da Lei nº 12.034³, que estabelece uma cota mínima a ser preenchida de 30% de mulheres. A lei garante também uma parcela do tempo de propaganda eleitoral e um percentual do fundo partidário para as mulheres. No entanto, alguns partidos lançam candidatas sem qualquer perspectiva de se eleger apenas para garantir o número mínimo de candidatas. Em relação às cotas, Miguel (2014) afirma:

As cotas sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada. Trata-se de uma revalorização da chamada 'representatividade descritiva', a concepção de que o parlamento deve espelhar a sociedade de onde nasce, considerada pela ciência política ao longo do século XX, como ingênua e insatisfatória (MIGUEL, 2014, p. 98).

A tentativa de aumentar o número de mulheres é importante para que haja uma diversidade maior de ideias que possam atender a questões feministas, sob o olhar feminino. A democracia brasileira é pouco representativa, isto é, há ainda um estereótipo predominante bem definido de homens brancos nas esferas de poder, que ilustra a raiz histórica dos ocupantes majoritários na política.

² Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010316.htm>>. Acesso em 02 jun 2016.

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm>. Acesso em 02 jun 2016.

Figura 14 – Manuela cercada por colegas homens na câmara federal



Fonte: <<http://www.tudoetodas.com.br/post/manuela-davila-mulher-fenomeno-de-votos> >.

Acesso em: 03/06/2016.

Além de o número de mulheres ser muito baixo, a questão da representatividade se reduz ainda mais se levado em conta a questão de ideia *versus* presença, de Pinto (2010). Apenas a presença das mulheres não é garantia de que as agendas femininas sejam defendidas. A nomeação de Fátima Pelaes, ex-deputada federal pelo PMDB e evangélica, como gestora da secretaria de mulheres, é um exemplo de presença de mulher sem ideia, pelo fato de que não contribuir para os avanços da emancipação feminina. Pelaes se manifestou contra o aborto, mesmo em caso de estupro e a favor de valores bíblicos. A presença das bancadas evangélicas reforça a lógica dos dualismos, surgida desde Aristóteles e reafirmada na cultura judaica cristã, que retoma os dualismos de bem/mau, céu/inferno. É a mesma lógica que diminui a capacidade das mulheres de agirem como seres racionais e decidirem por si mesmas.

No início de sua militância no movimento estudantil, Manuela d'Ávila conta que era um ambiente onde se sentia confortável devido à presença de diversas dirigentes mulheres. Já na câmara, em Porto Alegre, ela relata que foi o primeiro contato com um ambiente mais machista, mas foi em Brasília onde a deputada se sentiu mais desconfortável em toda sua trajetória política. Manuela afirma que isso se deve não apenas ao grande número de homens, mas também à cultura que é criada no Plenário Federal: “Em Brasília é uma escala muito mais radical, como se fosse o final de uma escadaria de machismo, se existisse uma” (D'ÁVILA, 2016).

Segundo a deputada, há um grande número de mulheres que estão lá por terem ligação direta a uma figura masculina:

A mulher em Brasília, sobretudo, ela ocupa muito pouco espaço porque nós somos muito poucas e dentre as que estão lá, são menos ainda as mulheres que não tem um homem que tenha essa ideia de proteção perante os outros homens. As mulheres que não são filhas nem mulheres de políticos, quantas são? [...] A maior parte são esposas de governadores, de prefeitos que não podem se eleger, com a Lei da ficha suja, e que elegem as suas esposas ou suas filhas (D'ÁVILA, 2016).

Por mais que algumas mulheres estejam frequentando esses espaços, nota-se que parte delas, ou estão por trás de um sujeito masculino, e por isso são respeitadas; ou chegam ao poder sem uma algum vínculo direto a um político homem, a exemplo de Manuela, e por isso estão mais propensas a serem hostilizadas. Sobre isso, Beauvoir (2000, p.15) faz a seguinte observação: “No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”, ou seja, por as mulheres terem menos acesso às posições de poder, estão mais sujeitas a regras masculinas, à violência (mesmo que simbólica) e à humilhação.

A condição de fêmea é uma marca que antecede as formas da mulher aparecer, ou seja, é uma marca que já confere características pré-determinadas ao sujeito. Manuela cita que na política: “A mulher é sempre tratada com certo descrédito então a gente tem essa vinculação permanente da mulher com suas características individuais, então a mulher ou ela é feia, ou ela é bonita; ou ela é mal amada ou é puta” (D'ÁVILA, 2016). Isso significa que, independente da formação educacional e demais qualificações profissionais, a capacidade das mulheres é questionada. Há uma tendência à desqualificação da mulher não por feitos públicos, mas sim, por características pessoais, como acontece com Manuela e será discutido a seguir.

4.4 Imagens de Manuela d'Ávila

Foi verificado que Manuela pouco mudou durante as sua trajetória política, tanto em sua aparência física quanto em relação a seus discursos. Nas campanhas, utiliza predominantemente a cor roxa, fazendo associação à criatividade e ao feminino, reforçado também no destaque no “ELA” de seu nome. Manuela é

reconhecida por ser jovem e bonita, no entanto, esses são valores conflitantes na sua imagem.

O fato de Manuela ter iniciado muito cedo na política junto a seu forte envolvimento nas causas estudantis, marca a juventude como um dos fatores centrais e qualificadores na sua imagem. A deputada utiliza esse aspecto como força, nas campanhas, por exemplo, é encontrado o discurso de um modo de fazer política “diferente”, existe uma ideia de “renovação”, que estão associados à juventude. Em relação à beleza, questão bastante explorada pela imprensa, já no primeiro mandato de Manuela d’Ávila na câmara dos deputados foi conferido a ela o apelido de “musa do congresso”. Inicialmente, a deputada mencionava que o apelido não a incomodava.

Figura 15: Time de musas



Fonte: <<http://oglobo.globo.com/politica/camara-dos-deputados-tera-partir-de-2011-novo-time-de-musas-2913238>>. Acesso em: 11/05/2016.

Com o tempo, Manuela mudou de postura perante o assunto, em entrevista à revista Marie Claire⁴, ela cita que o título da musa era uma forma de a menosprezar.

⁴Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/01/03012014marieclaire-manueladavila_aoqueroserumnovohomem.pdf>. Acesso em 11 maio 2016.

A deputada parece se dar conta que a beleza está associada à sua condição de mulher, e por isso suas características físicas e privadas são exploradas em detrimento das intelectuais e públicas.

Figura 16: Manuela d'Ávila descarta título de musa do congresso

Manuela d'Ávila descarta título de musa do Congresso

Sábado, 18 de Outubro de 2014



Fonte: <<http://noticias.band.uol.com.br/eleicoes/2014/videos/15239657/manuela-davila-descarta-titulo-de-musa-do-congresso.html>>. Acesso em: 11/05/2016.

A estética é um fator importante na construção da imagem feminina. Segundo Wolf (1992, p.17) o envelhecimento na mulher é considerado "feio" porque as mulheres adquirem mais poder com o passar do tempo. Para a autora, a beleza feminina no âmbito profissional tem como finalidade amenizar “fato desagradável de uma mulher assumir posição de autoridade em público” (Wolf, 1992, p.44). Então se, por um lado, o fato de a Manuela se enquadrar em um padrão de beleza pode parecer positivo, por outro, é uma condição que também a desqualifica. A beleza é uma obrigação para as mulheres e não para os homens: para eles basta ser competente. Nesse sentido, Wolf (1992) faz a seguinte provocação:

Por que motivo a ordem social sente necessidade de se defender evitando a realidade das mulheres, nossos rostos, nossos corpos, nossas vozes, e reduzindo o significado das mulheres a essas "belas" imagens formuladas e reproduzidas infinitamente? (WOLF, 1992, p.22)

Por isso o título de musa não é um elogio, mas sim uma desqualificação recorrente nas formas de representação feminina na vida pública, especialmente encontradas da mídia, que fazem referência à aparência física e a aspectos

entendidos como vinculados à feminilidade. Manuela é jovem, bonita e por isso é objetificada ao olhar masculino. Sobre a condição de musa, Beauvoir cita que:

A Musa não cria nada por si mesma; é uma Sibila ajuizada que docilmente se fez serva de um senhor. [...] ele (o homem) imagina que a mulher lhe fala em nome de outros valores, em nome de uma sabedoria que ele não pretende possuir, mais instintiva do que a dela, mais imediatamente adequada ao real; são 'instituições' que Egéria oferece ao consulente; ele a interroga sem amor-próprio, como interrogaria os astros. Essa 'intuição' introduz-se até nos negócios e na política [...] (BEAUVOIR, 2000, p. 226).

A mulher não é musa em si mesma, mas sim pelo olhar de um outro: é a expressão conferida a um objeto de cobiça masculino. A exemplo disso destaco a fala de Nelson Proença (ex-deputado federal), no programa eleitoral gratuito da campanha de Manuela para a prefeitura de Porto Alegre em 2008⁵: “é surpreendente ver alguém tão jovem, tão feminina e ao mesmo tempo tão firme, com tanta densidade, com tanto conteúdo como tem a Manuela”. O ex-deputado enfatiza que Manuela é firme, mas precisa complementar que ela é, ao mesmo tempo, feminina, como se todo o resto, inclusive ter conteúdo, fosse algo que não pertencesse ao feminino. A partir disso é possível afirmar que as características consideradas positivas a um sujeito político, como firmeza e determinação, são julgadas naturalmente masculinas e por isso que quando atribuídas a uma mulher necessitam de uma justificativa.

Ao longo da história, os aspectos designados ao gênero masculino mostram sua relação direta com o poder. Hatshepsut, por exemplo, apontada como uma das primeiras faraó mulher do antigo Egito, conseguiu o posto após a morte de seu pai, o faraó Tutmés I, e a morte do meio-irmão, Tutmés II. Em consequência a essa sucessão de fatos, foi criado um cenário que permitiu Hatshepsut assumir o poder.

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wrZELp0PA-0>>. Acesso em: 09 jun 2016.

Figura 17: Faraó Hatshepsut usando barba falsa



Disponível em: <<http://arqueologiaegipcia.com.br/2011/07/28/um-vislumbre-da-farao-mulher-hatshepsut/>>. Acesso em: 13/06/2016.

É dito que no começo de seu reinado, Hatshepsut não exigiu as regalias reservadas aos faraós, pois foi testando aos poucos seu poder para ver até onde iam os limites impostos pela sociedade egípcia às mulheres. Com o passar do tempo seu poder foi aumentando, até se tornar definitivamente faraó, fazendo o uso de barba postiça e calças. O uso de barba falsa era um costume exclusivo dos faraós, já que para eles tinha o mesmo significado da coroa para os reis. Como se vê, a barba, atributo masculino, era um símbolo de poder que Hatshepsut se apropriou numa forma de legitimar seu posto de faraó.

Segundo Pinto (2013), existem pelo menos três formas da mulher aparecer na política: como cidadão (aquela que não se diferencia do homem); tradicional (vinculada aos cuidados da família) e feminista. Manuela se diferencia dos homens, tanto pelos simbolismos nas suas marcas de campanha, tanto pelos seus discursos em defesa do direito das mulheres. A sua não candidatura à prefeitura de Porto Alegre também é um exemplo de como Manuela tem se posicionado em razão de ser mulher: ela reconhece que o espaço político ainda não cria condições para que uma mulher possa ser mãe de um bebê e possa disputar uma eleição.

Biroli (2010) aponta que, se de um lado a feminilidade pode constituir um obstáculo e reforçar uma visão estigmatizada da mulher (sensível, emocional); por outro também podem ser um recurso para a construção de uma identidade diferenciada dos homens, ou uma estratégia para conquistar visibilidade. Por isso, há um sentido polissêmico se instituindo cada vez mais na figura de Manuela já que agora, por ser mãe, também tem sua imagem vinculada aos cuidados da família. No entanto, se por um lado Manuela acrescenta características mais politizadas ao

estereótipo tradicional da maternidade, por ser uma mãe jovem e feminista; já por outro, Manuela construiu uma família heteronormativa: é casada com um homem e tem uma filha; modelo tradicional de família que é aprovado pela sociedade.

Ao analisar a campanha emblemática de 2008, onde concorriam à prefeitura de Porto Alegre três mulheres com chance de serem eleitas: Manuela d'Ávila (PCdoB), Luciana Genro (PSOL) e Maria do Rosário (PT); Pinto (2009) conclui que os temas mais recorrentes em todas as candidatas em relação à mulher, eram o ensino em tempo integral e qualidade do ensino e ensino infantil. Outras agendas das mulheres não eram abordadas no horário eleitoral obrigatório. A mulher, então, somente aparecia como mãe.

A maternidade é vista como um dom, algo sagrado, ou seja, é um tema pouco passível de rejeição. Por mais que a pauta das mães precise ser abordada e incluída por políticas públicas, é necessário compreender que esse assunto é mais explorado que outros por ter maior facilidade na aceitação do grande público.

Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva (BEAUVOIR, 1949, p.175).

A ideia da maternidade remete ao lugar que foi concedido historicamente às mulheres: o lar. Temas como a violência doméstica, a própria liberdade sexual, o que inclui o aborto, são pautas de maior dificuldade de abordar em campanhas. Por isso, usar os significados atribuídos à maternidade pode conferir uma estratégia diferenciada dos homens para alcançar visibilidade. No entanto, Manuela ainda não se candidatou a nenhum outro cargo público após ter se tornado mãe, o que será determinante para verificar os novos posicionamentos adotados que irão constituir mudanças na sua imagem.

Para finalizar, é importante destacar que a condição de Manuela d'Ávila enquanto mulher, mas em posição de elite – branca, educada e heterossexual – não se configura como experiência de todas as mulheres. Existem vários feminismos que possibilitam debater as diferenças entre as próprias mulheres, assim como questões de raça e sexualidade. A imagem pública de Manuela d'Ávila, portanto, está vinculada à sua condição de mulher, vinculada a um partido de esquerda, muito jovem e bonita no meio político. Para manter os elementos positivos de sua imagem (ser jovem e com ideias revolucionárias) com o fato da maternidade, Manuela deverá

ser capaz dialogar com os diversos tipos de famílias: as monoparentais, homoafetivas, etc. Assim como agregar em seus debates públicos questões como a educação inclusiva nas escolas, incorporando temas como a diversidade sexual e de gênero, bem como questões próprias da história das mulheres a fim de contribuir para a formação de indivíduos mais tolerantes.

Ser mãe acrescenta mais um desafio para romper com os estereótipos construídos ao longo da história a respeito da mulher. Por isso, Manuela deve manter seu posicionamento enquanto sujeito feminista e defender cada vez mais a inclusão das mulheres nos ambientes públicos e institucionais, só assim será possível garantir uma representatividade efetiva, enquanto mulher, no campo político. O debate a cerca dessas questões são fundamentais para a defesa de um maior número de mulheres na política, de maneira a contribuir com o crescimento da democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres atuantes na política no Brasil são tema de estudos sob diversas perspectivas, já que ainda são pouco representadas nesse campo. Como mostra os dados da última eleição, no ano de 2014, apenas 51 das 513 cadeiras na Câmara dos Deputados foram ocupadas por mulheres, ou seja, apenas 9,9% das vagas. E das 81 cadeiras do senado, apenas 13 foram ocupadas por mulheres (16% das vagas). Diante da pertinência do tema, e ao observar a polêmica gerada em torno da foto em que Manuela d'Ávila aparecia amamentando sua filha, surgiu o interesse em pesquisar a trajetória da deputada e identificar os elementos que constroem sua imagem pública.

Foi evidenciado que o papel social e público das mulheres foi subjugado ao longo da história: elas foram incluídas tardiamente na política, tanto como eleitoras tanto como candidatas, e tudo isso contribui para que hoje continuem com baixa representação nesse meio. Os espaços políticos ainda são dominados por homens, com regras masculinas que acabam dificultando uma participação mais expressiva das mulheres.

Ao analisar os dados reunidos na pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade, foi percebido que a condição feminina de Manuela d'Ávila foi fundamental para compreender a formação de sua imagem pública, visto que existe uma construção histórica que diz respeito às representações femininas e atribuições simbólicas conferidas à mulher. Manuela carrega duas principais marcas: é jovem e bonita. Sendo que a primeira característica se mantém até hoje de forma positiva, conferindo a ela valores como a inovação do modo de fazer política. O fato de Manuela ser muito jovem e ter alcançado alto número de votos, é também vista como alguém acima da média. Já o fato de ser bonita, nesse contexto, é abordado de forma a desqualificar a deputada, porque explora uma característica associada à sua condição de mulher, substituindo suas competências em detrimento da aparência.

A questão da maternidade tem sido uma característica nova na imagem de Manuela d'Ávila, já que, por ser recente, ainda não concorreu a nenhum cargo após ter nascido sua filha. No entanto, foi possível notar que a deputada tem investido em manifestações públicas ligadas à discussão desse tema, como seminários,

palestras, etc. Para manter os elementos positivos de sua imagem (ser jovem e com ideias revolucionárias) com o fato da maternidade, Manuela deverá ter habilidade para desconstruir estereótipos e se posicionar enquanto sujeito feminista.

Esse estudo demonstra que é pertinente levar em consideração as questões de gênero para analisar relações sociais. A partir disso, se espera contribuir para demais pesquisas no campo da política e da mulher, a fim de compreender as relações de poder estabelecidas por critério de gênero. A entrevista em anexo possibilita ampliar o estudo a respeito desse tema.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nara. **'Como vai ser quando eu tiver filho?', pergunta Manuela d'Ávila:** Pré-candidata à prefeitura da capital gaúcha, a deputada federal conversou com o iG sobre a participação feminina na política. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/como-vai-ser-quando-eu-tiver-filho-pergunta-manuela-davila/n1597387520703.html>>. Acesso em: 21/03/2016.

Ausência feminina na Esplanada preocupa ministros. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000806243/ausencia-feminina-na-esplanada-preocupa-ministros.html>>. Acesso em: 03/06/2016.

BALDISSERA, R. Imagem-conceito: anterior à Comunicação, um lugar de significação. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Vol. X, n.3, p. 193-200, set/dez 2008.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p.269-299, jan-jun 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34.pdf>>. Acesso em: 21/03/2016.

CASTRO, Juliana; GÓES, Bruno. **Câmara dos Deputados terá a partir de 2011 novo 'time de musas.** 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/camara-dos-deputados-tera-partir-de-2011-novo-time-de-musas-2913238>>. Acesso em: 11/05/2016.

Discurso da deputada Manuela d'Ávila na entrega do Prêmio Congresso em Foco 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KQIGpiGbTVM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 11/05/2016.

DivulgaCand 2014: aumenta participação das mulheres na política brasileira.

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>>. Acesso em: 02/06/2016.

DOMINGOS, Roney. **Para musa do Congresso, 'esquerda não tem cara'**. 2007.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL3549-5601,00-PARA+MUSA+DO+CONGRESSO+ESQUERDA+NAO+TEM+CARA.html>>. Acesso em: 11/05/2016.

FRAGA, Rafaella. **'Não sou um fenômeno', diz deputada mais votada pela**

terceira vez no RS. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2014/noticia/2014/10/nao-sou-um-fenomeno-diz-deputada-mais-votada-pela-terceira-vez-no-rs.html>>. Acesso em: 11/05/2016.

GOMES, Wilson. A política de imagem. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Vol. I, nº 1, p.145-175, dez 1999.

GONZÁLEZ, Letícia. **Manuela d'Ávila: “Não quero ser um novo homem. Não foi**

pra isso que lutei”. 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/01/03012014marieclair-manueladavila_aoquero-ser-um-novo-homem.pdf>. Acesso em: 21/05/2016.

Women in national parlaments. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 17/05/2016.

IstoÉ revela ataques nervosos de Dilma no período ‘pré-impeachment’.

Disponível em: <<https://portalnoar.com/istoe-revela-ataques-nervosos-de-dilma-no-periodo-pre-impeachment/>>. Acesso em: 31/05/2016.

Jaques Wagner, “Passivo”, Eduardo Paes, “Nervosinho”, Manoela d'Ávila,

“Avião”: Os apelidos da propina da Odebrecht. 2016. Disponível em: <<http://bahiaempauta.com.br/?p=132420>>. Acesso em: 11/05/2016.

Belas e jovens, deputadas Manuela d'Ávila e Bruna Furlan já ganharam apelido

de "musa do Congresso". 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/fotos/belas-e-jovens-deputadas-manuela-davila-e-bruna-furlan-ja-ganharam-apelido-de-musa-do-congresso-22022013?foto=9#!/foto/1>>. Acesso em: 11/05/2016.

MALTCHIK, Roberto. **Musa do Congresso está solteira**. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL143579-5601,00.html>>. Acesso em: 11/05/2016.

Manuela d'Ávila (PCdoB - RS) reage ao machismo do deputado Duarte Nogueira (PSDB - SP). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zDImiYco7Y>>. Acesso em: 11/05/2016.

Manuela d'Ávila anuncia que não irá concorrer à prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/manuela-davila-anuncia-que-nao-ira-concorrer-prefeitura-de-porto-alegre.html>>._Acesso em: 11/05/2016.

MACIEL, Edgar. **Manuela d'Ávila deixará de concorrer à prefeitura para cuidar da filha**: “Essa foi a minha escolha”. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/02/18/manuela-prefeitura-porto-alegre_n_9265226.html>. Acesso em: 21/05/2016.

BUENO, Sergio Ruck. **Manuela d'Ávila (PCdoB) sai da disputa por Prefeitura de Porto Alegre**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4443576/manuela-davila-pcdob-sai-da-disputa-por-prefeitura-de-porto-alegre>>. Acesso em: 11/05/2016.

Manuela d'Ávila descarta título de musa do congresso. 2014. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/eleicoes/2014/videos/15239657/manuela-davila-descarta-titulo-de-musa-do-congresso.html>>. Acesso em: 11/05/2016.

Manuela d'Ávila: mulher fenômeno de votos. Disponível em: <<http://www.tudoetodas.com.br/post/manuela-davila-mulher-fenomeno-de-votos>>. Acesso em: 03/06/2016.

Manuela.org. Disponível em: <<http://manuela.org.br>>. Acesso em: 11/06/2016.

MARTINS, Luísa. **Nova secretária de mulheres é evangélica e contra o aborto até em caso de estupro.** Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nova-secretaria-de-mulheres-e-evangelica-e-contra-o-aborto-ate-em-caso-de-estupro,10000054485>>. Acesso em: 1º/06/2016.

MARTINS, Luísa. **Nova secretária de mulheres é evangélica e contra o aborto até em caso de estupro.** Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nova-secretaria-de-mulheres-e-evangelica-e-contra-o-aborto-ate-em-caso-de-estupro,10000054485>>. Acesso em: 1º/06/2016.

MENEZES, Maiá. **Entrevista: Manuela d'Ávila dá adeus a Brasília e diz que é tempo de ouvir as ruas.** 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/entrevista-manuela-davila-da-adeus-brasil-diz-que-tempo-de-ouvir-as-ruas-10342209>>. Acesso em: 17/05/2016.

PERUZZO, Marinella. **Machismo nas instituições de ensino pauta debate da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://ww1.al.rs.gov.br/manueladavila/Principal.aspx>>. Acesso em: 17/05/2016.

LOPES, Marina. **Manuela quer debater o direito das mulheres nas universidades gaúchas.** Disponível em: <<http://ww1.al.rs.gov.br/manueladavila/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/948/IdMateria/303993/Default.aspx>>. Acesso em: 17/05/2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

Nasce a filha da deputada estadual Manuela d'Ávila. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/nasce-filha-da-deputada>>

estadual-manuela-davila.html>. Acesso em: 11/05/2016.

PINTO, Celi Regina Jardim; MORITZ, M. L. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política** (impresso), v.2, p.61-87, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6576>>. Acesso em: 13/06/2016.

PINTO, Celi Regina Jardim; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política** (impresso), v.10, p.195-224, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/06.pdf>>. Acesso em: 21/03/2016.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v.18, p.15-23, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 21/03/2016.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O pensamento filosófico-feminista de Simone de Beauvoir. **Cult**, São Paulo, v. 207, n. 8, p.10-20, nov. 2015.

SCHMIDT, Rita Terezinha. O fim da inocência: das medusas de ontem e de hoje. **Signo: Especial - II Colóquio Leitura e Cognição**, Santa Cruz do Sul, esp., p.95-112, 2006. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/443/296>>. Acesso em: 21/03/2016.

STEIN, Murray. O revelado e o oculto nas relações com outros: persona e sombra. In: STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma**. 6. ed. São Paulo: Editora Pensamento-cultrix Ltda, 2006. Cap. 5. p. 97-114.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006. p. 51-61.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio

(Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006. p. 62-82.

WEBER, Maria Helena. Imagem pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-308. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/1/Comunicacaoepolitica.pdf>>.

Acesso em: 21/03/2016.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/01/370737.pdf>>. Acesso em: 12/07/2016.

APÊNDICE A – Entrevista aplicada à Manuela d’Ávila

COMO FOI TUA ENTRADA NA POLÍTICA? EM ALGUM MOMENTO TU ACHASTE QUE NÃO ESTAVAS NO LUGAR CERTO?

Eu comecei a militar no movimento estudantil então enquanto eu estava lá, nunca pensei “onde eu estava”. Eu militei entre 1999 e 2004, e logo que eu saí da Universidade, na verdade eu terminei um curso e o outro eu estava cursando ainda, eu me elegi vereadora. Talvez o momento que eu mais tenha me perguntado “onde estou” foi quando fui para Brasília, que já é uma etapa bem mais avançada de representação parlamentar e eu era ainda muito jovem e, entre aspas, ainda muito pouco experiente politicamente. Não tinha um pai político, as coisas que acabam, entre aspas também, protegendo os jovens e as mulheres em Brasília, aquela experiência de olhar. Eu não tinha nada disso, então talvez quando eu fui a Brasília tenha sido meu primeiro grande choque de realidade.

QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE UM POLÍTICO HOMEM E UM POLÍTICO MULHER?

Aqui em Porto Alegre na Câmara já é um ambiente mais machista do que o movimento estudantil. Quando eu fiz movimento estudantil ele não era como é hoje com tantas mulheres, mas a minha geração era uma geração de várias dirigentes do movimento estudantil mulheres, então a gente era meio conhecida por isso, nós éramos a força política com as mulheres dirigentes, principalmente aqui no Rio Grande do Sul. Em Brasília é uma escala muito mais radical, como se fosse o final de uma escadaria de machismo, se existisse uma; então o movimento estudantil tem a sua, mas a Universidade é bem feminina, de presença de mulheres, a Câmara é um tipo de legislatura que nós éramos sete, quase 30% da Câmara de Vereadores, então é bastante para um lugar onde era 8% que era Brasília. Numericamente Brasília é muito opressora e é um ambiente com regras muito masculinas, porque tu estás longe de casa, então tem um contexto; o que importa em Brasília não é só o texto que é 8% de mulheres, é o contexto também: são homens longe das suas casas, tudo que isso envolve da relação dos homens com o sexo, com o poder que o sexo exerce. Então Brasília é um mundo à parte mesmo do que é ser mulher lá e do que é o machismo lá. E qual a diferença entre um político homem e uma política mulher? Nenhuma, só que a mulher tem que trabalhar muito mais para mostrar capacidade delas né, então não existe nenhuma diferença, exceto que a gente é descreditada o tempo inteiro.

COMO A MULHER É TRATADA NESSE MEIO?

A mulher é sempre tratada com certo descrédito então a gente tem essa vinculação permanente da mulher com suas características individuais, então a mulher ou ela é feia, ou ela é bonita; ou ela é mal amada ou é puta. Sempre tem alguma coisa vinculada à vida privada que valoriza ela, quando a mulher é muito aguerrida ela é desequilibrada; ou então ela é muito tímida, sem capacidade. Sempre tem críticas que tem relação muito com a vida com características privadas dela. A mulher em Brasília, sobretudo, ela ocupa muito pouco espaço porque nós somos muito poucas e dentre as que estão lá, são menos ainda as mulheres que não tem um homem que tenha essa ideia de proteção perante os outros homens. As mulheres que não são filhas nem mulheres de políticos, quantas são? Não que isso desvalore a trajetória da mulher, mas faz com que os homens a vejam de outra maneira, porque o machismo tem a ver com relação não só com o empoderamento das mulheres, mas

tem relação sobretudo com a forma como os homens veem essas mulheres. Então a mulher pode ter uma grande trajetória, mas ela é filha de um político, ela é mulher de um político isso dá uma certa proteção porque ao olhar para ela, esse homens veem um homem. A maior parte são esposas de governadores, de prefeitos que não podem se eleger, as vezes até inelegíveis com a Lei do ficha suja e que elegem as suas esposas ou suas filhas. O Pedro Correa, por exemplo, esse que fez a delação agora a filha dele, Aline Corrêa, é deputada pelo PP de São Paulo há bastante tempo.

UM DOS PRIMEIROS LEMAS DO FEMINISMO FOI: “O PESSOAL É POLÍTICO”. AO ANALISAE TUA TRAJETÓRIA NOTEI QUE HÁ MUITAS MATÉRIAS FAZENDO REFERÊNCIA A TUA BELEZA, NAMOROS... A VIDA PESSOAL É MUITO EXPLORADA, COMO TU LIDAS COM ISSO?

Eu fui aprendendo a lidar com isso. São as coisas na vida que a gente não tem professor, coisas que as pessoas ainda não viveram. Então eu fui um caso bem particular, de uma mulher muito jovem que chegou em Brasília sozinha, digamos assim, antes de mim tinha tido a Rita Camata, mas a Rita era casada com um Senador então era uma outra relação. Eu fui aprendendo a lidar e a transformar; olhando de trás daqui agora onde estou para o meu passado, eu fui aprendendo a transformar essas coisas em coisas que me empoderavam então eu fui desconstruindo elas e ao mesmo tempo tentando dialogar com a sociedade. Mas é muito difícil porque são marcas muito profundas. Então eu lembro as vezes diziam assim “a Manuela é namoradeira”... eu tenho mandato dos 22 anos aos 34, conheceram três namorados meus, se for pegar a filha de cada uma dessas pessoas que falam devem ter namorado 20, 30 e a namoradeira sou eu!? Tem momentos que tu te revolta. Eu não deixava de ter 25 anos porque eu era deputada, então eu não deixava de ser eu mesma para me olhar como objeto científico ou até como eu consigo me olhar agora daqui para trás. Mas eu acho que eu fui transformando as oportunidades talvez tenha sido um dos meus méritos foi ter conseguido, com muito sofrimento pessoal, porque a gente sofre muito com essas coisas, transformar as coisas em batalhas que eu venci, tanto que eu continuo aqui com as mesmas bandeiras.

COMO TU VÊS O MODO QUE A MÍDIA RETRATA AS MULHERES NA POLÍTICA?

Temos episódios muito claros com a Dilma, não precisa a gente pegar o meu caso, que é o caso de uma parlamentar, mas os casos com a presidente Dilma são emblemáticos, as capas de revistas. Agora tem um pessoal que faz as capas de revistas que a gente não viu, eles pegaram as capas da Dilma da IstoÉ e da Veja e fizeram iguais com o Temer, e aí quando a gente vê com o Temer é que a gente vê como é ridículo, como é superficial. Era “As crises de histerismo do presidente Temer”; pega os temas da política e personaliza: “As brigas de Temer com Marcela”... as coisas da vida privada dele. Ninguém aborda isso. Então eu acho que a gente tem a relação da mídia com a Dilma que é a maior prova do machismo da nossa imprensa e a maior prova de como as mulheres conseguem ser machistas também. Às vezes eu paro a observar o jornal da Globo News que tem três comentaristas mulheres e eu fico perplexa com os comentários jocosos, e inclusive de mulheres que deveriam ser solidárias em temas que elas se equivalem à Dilma, porque uma coisa seria eu com 34 anos querer abordar aspectos de uma mulher de 64; outra coisa é uma outra mulher de 64 querer abordar aspectos físicos de uma

mulher de 64, de uma avó! Exigindo um padrão estético que nem elas têm mais. São senhoras de 64 e sabem que o jornalismo é tão exigente na aparência física e impõe aquela crítica jocosa. A nossa imprensa e as mulheres da nossa imprensa não poupam as mulheres da política das críticas machistas, não que a gente não tenha que estar imune às críticas por sermos mulheres, mas as críticas que são de fora da nossa trajetória política.

TU E A DILMA SÃO EXEMPLOS OPOSTOS, MAS DE UMA MESMA MOEDA, PORQUE SE DE UM LADO TU É UMA FIGURA JOVEM, MAS QUE TAMBÉM TEM UMA SÉRIE DE ATAQUES EM VIRTUDE DISSO....

Isso é só a prova de que o problema não é quem nós somos, mas que o problema é o fato de sermos mulheres. Porque que ela está braba? É mal amada. Quantas vezes disseram isso, teve um cara que chegou a escrever uma coluna afirmando que o que falta para a Dilma é um namorado. E eu era o excesso de namorado.

QUANDO NÃO DUVIDAM DA SEXUALIDADE DELA...

Exatamente. Então é só a prova de que talvez seja um bom caso para mostrar que o problema não sou nem eu nem ela, mas são eles, e a leitura machista que fazem sobre a nossa participação.

APÓS O SEMINÁRIO “MÃES EMPODERADAS, PAIS PARTICIPATIVOS, PRIMEIRA INFÂNCIA RESPEIRADA”, TU PUBLICASTE NO INSTAGRAM QUE A TUA FILHA HAVIA MUDADO A TUA MILITÂNCIA. O QUE ISSO SIGNIFICA?

Eu acho que todas as coisas que acontecem na nossa vida elas nos transformam. Uma coisa é a defesa da visão que eu tinha sobre a maternidade, sobre o que é ser mulher, sobre o que é ter jornada dupla de trabalho, sobre o que é conciliar trabalho e maternidade; outra coisa é eu vivenciar isso tudo. Então desde de gestos muito simples como é a construção de um espaço para que as mães se sintam participando de uma atividade, sem estar incomodando os outros porque estão com seus filhos até coisas mais profundas como é a ideia de que eu sou mãe de uma outra mulher e que essa mulher vai ser tão mais livre quanto eu a deixar ser. Tudo isso gera reflexões, só não reflete quem se julga acabado e a maternidade ela realmente na sociedade ela é uma experiência transformadora por si só, mas também ela coloca uma série de responsabilidade sobre nós mulheres. Tem frases bem clichês, mas tem gente que diz que “nasce a mãe, nasce a culpa”, porque a nossa sociedade culpabiliza a mulher o tempo inteiro, então eu estou aqui sem a minha filha e eu respondi quatro vezes no elevador “onde afinal andava minha filha”; eu venho com a minha filha eu passo o dia respondendo se “ela não tem com quem ficar”. Quem seria a pessoa com quem ela tem que ficar? A avó, porque claro, a ideia é de que a avó é uma pessoa que não trabalha. Não existe solução boa para nenhum dos problemas relacionados ao tema da maternidade, só responsabilizar a mulher. Se eu trabalho, está errado; se eu amamento, poxa mas ela está no trabalho; se eu não amamento, poxa, desmamou; se amamenta em público tem problema, se não amamenta e está dando mamadeira... Então é uma sociedade que ela transforma, talvez justamente pela maternidade ser tão transformadora, ela tenta colocar todas as culpas da magia dessa transformação na mulher.

E QUANTO AO CASO DA AMAMENTAÇÃO?

Tanto a amamentação quanto o estupro têm uma relação direta que é o tema do corpo da mulher. Ela pode provocar algo no homem porque ela está de seio de fora,

quando na realidade ninguém percebe que se alguém tem alguma coisa com o seio de fora de uma mulher, mesmo que não fosse para amamentar, esse alguém que é o responsável. Por si, pelos seus atos porque afinal de contas não é cachorro, que entra no cio e pula o muro para pegar a cadela.

QUANDO TU ANUNCIASTE QUE NÃO IRIAS CONCORRER À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, MENCIONASTE QUE “NO MOMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL QUEM ESTÁ NA FRENTE SE TORNA O ALVO DE ATAQUES QUE, NÃO RARAMENTE, TRANSCENDEM O LIMITE DA ÉTICA”. DE QUE FORMA ESSES LIMITES SÃO ULTRAPASSADOS?

O tema do machismo é um desses temas, porque eu fui candidata majoritária duas vezes, então eu sei como eles tratam as candidatas mulheres, acho que a gente precisa dizer “olha, para tudo existe um limite”. Eu embora seja uma militante há 18 anos da minha vida, eu não acho que seja correto eu envolver um bebê nesse ambiente, porque a política do nosso país é machista, é desqualificada; as eleições não são um debate de ideias: são um conjunto de outras coisas. A gente se esforça, nada contra a corrente para transformar num debate de ideias e também acho importante que a gente diga que o nosso formato de sociedade não abre espaço para que as mulheres façam tudo. Os homens fazem tudo. Os homens têm um formato de sociedade em que eles conseguem fazer tudo; as pessoas falam “é uma decisão individual”, não! Por isso que nós falamos na função social da maternidade porque não é uma mulher que consegue o tempo inteiro fazer tudo como se estivesse fora dessa sociedade, não, essa sociedade não é preparada para que as mulheres façam tudo. Para que possam, por exemplo, concorrer à prefeitura e ser mãe. Porque não existe, tu consegues imaginar como que é um debate às 23h na antiga TVCOM, o que eu faço? É fácil para um homem que não amamenta. Então imagina um mundo assim que eu fosse uma mãe completamente diferente do que eu sou, que eu achasse que a minha filha tinha que ficar 8 horas por dia na creche, como que ia ser a minha vida? Às 18h eu ia ter que estar aqui, e nessa hora estão começando a votar. Nem aí para todas as mães! Estou dizendo eu mãe enquanto deputada. E onze da noite quando vota? A primeira sessão que eu tive com a minha filha ela tinha quatro meses, quando acabou minha licença, e eu tive que sair à uma da manhã para amamentá-la de madrugada. Porque eu achei que era o fim da várzea ela tinha vindo até à uma hora mamar aqui com quatro meses, aí à 1h eu tive que ir embora. A nossa sociedade não é preparada para que as mulheres mães possam tudo, e talvez esse exemplo da sessão seja só uma prova disso e para mim não tem drama nenhum, eu luto contra isso a minha vida inteira. Só que é preciso que as pessoas vejam, porque se eu não trago ela para ser amamentada aqui, na realidade eu estou dizendo que está ok, e não, não está ok! É preciso dizer olha, existem mulheres que são mães e essas mulheres que são mães elas não cabem dentro desse formato de política que vocês fazem. Existem mulheres que precisam trocar uma fralda de um bebê. Existe espaço? Não, é “besteira”... Quando a gente diz que quer que a política seja das mulheres ou que a gente possa ser igual aos homens a gente está dizendo isso: que esse espaço tem que ser natural, e ele não é natural, ele é sempre como se estivesse batendo a cabeça num muro e tentando quebrar ele.

ISSO PROVA QUE AINDA NÃO HÁ ESPAÇO PARA CONCILIAR AS DUAS COISAS?

Não, eu acho que a gente constrói esses espaços mas eles são espaços que exigem

uma luta muito grande para serem conciliados, e a gente precisa dizer isso. A minha não candidatura é também uma forma de eu dizer isso. Eu não consigo nem acompanhar todas as votações por causa, não do ritmo, mas da rotina que criam que não levam isso em consideração, porque os homens não amamentam, os homens mal cuidam de seus filhos. Mal se responsabilizam por seus filhos, quiçá entenderem que onze da noite eles tinham que estar em casa para amamentar a criança antes dela dormir. Alguém tem que dar banho nessa criança. No meu caso, o meu marido dá, mas e agora quem amamenta? É natural, é biológico. Então pega só esse exemplo pra mostrar que realmente nós não podemos tudo na nossa sociedade igual a eles, porque nossa sociedade não quer, não constrói caminhos para que a gente possa tudo. E isso não significa que a gente não fique tentando. Eu estou tentando aqui, tu está tentando; nós feministas estamos lutando para transformar, mas é preciso desmascarar isso, só dizer assim como as pessoas me dizer “porque que tu não concorre? iria ser tão lindo” porque eu ia ter que fazer de conta que eu era igual a um homem. Na prática é isso.

TU ACHAS QUE O SENSO COMUM ACABA APROVANDO A IDEIA DA MULHER ABRIR MÃO DE UM CARGO PARA CUIDAR DOS FILHOS?

Na realidade é muito confuso porque é um tema que pega muitos temas, tem uma ideia das pessoas de um desapego ao poder. Então acho que isso faz as pessoas perceberem, porque uma coisa é eu dizer “olha gente, eu nem queria ser deputada” que é uma coisa da minha vida; outra coisa é as pessoas acreditarem nisso. Uma coisa é eu dizer “eu deixei de estar em Brasília porque eu queria ficar na minha cidade” outra coisa é as pessoas acreditarem nisso. As pessoas não acreditavam, elas achavam que era um cálculo político porque eu queria ser prefeita. O político no nosso país ele tem que ficar eternamente provando as coisas, então num certo sentido acho que uma parte das pessoas pensou: “é difícil alguém abrir mão de concorrer”, então acho que teve isso que é um ponto positivo. Mas eu não senti esse elemento do machismo de “tem que ficar em casa”. Mas na verdade é isso, vamos parar de fazer de conta que é igual e que a gente é supermulher, porque também existe um lado nosso, de mulheres feministas, que subvertemos a ordem. Eu estou aqui com a minha filha de madrugada e estou de boa com ela porque eu sou uma mulher que luta à muito tempo, agora, a gente precisa dizer: não é o certo ter sessão às 23h para as mulheres que são mães, talvez a Assembleia devesse debater isso, porque eu não sou a única mãe. E aliás, todos são pais, tem vários pais de crianças pequenas aqui. Então por que o horário é esse? Será que não é um horário eminentemente de uma construção masculina? De homens que confraternizam noite a dentro porque não tem nenhuma responsabilidade? Não que ela seja só nossa, eu queria que fosse deles também, mas eu assumo a minha. E eu compartilho a minha com o meu marido. Se ele passar todas as madrugadas trabalhando... então tem relação como era a política da vida externa dos homens, de homens que não compartilhavam responsabilidades; e isso gera uma sobrecarga para nós. Como se fosse tirar as cascas da cebola, para chegar no miolo da cebola são várias camadas.

QUAIS AS PRINCIPAIS AGENDAS QUE ENVOLVEM A QUESTÃO DA MULHER? TEM ALGUMA DIFICULDADE EM DEBATER ESSES TEMAS COM O GRANDE PÚBLICO?

Acho que tem cada vez menos dificuldades, e eu sou bem feliz com isso. Acho que o movimento feminista talvez seja um dos que mais cresceu na sociedade, por isso também que tem tanta reação. As mulheres da tua geração se dizem muito mais

feministas do que as mulheres da minha geração se diziam. Na verdade, acho que a geração de vinte anos ela ensinou a nós, mulheres mais velhas, a nos assumirmos mais. É algo intrageracional bem bonito, e eu sou bem feliz com isso, então acho que é bem mais fácil. Quem vem do tempo que eu venho, que é um tempo em que o debate sobre a questão de gênero era muito limitado, só pode ficar feliz com a dimensão que o debate de gênero ganha na nossa sociedade hoje. E eu acho que enfim ao cabo, tudo isso tem a ver com a economia. Como diria aquele velho, que era homem, mas era muito bom, chamado Karl Marx, mas porque o espaço que a mulher ocupou na economia faz também com que... a minha geração ainda é ainda do final da ascensão da mulher no mundo do trabalho, então a geração que vem agora já é filha de mulheres que estão incluídas no mundo do trabalho. O papel dessas mulheres na economia é muito mais importante do que era o papel da minha mãe. Já é cultural, de uma mulher que já tinha um papel estratégico na economia, gerar uma outra mulher que tem um papel estratégico na economia.

EM UM ARTIGO PUBLICADO PELA PROFESSORA DA UFRGS, CÉLI PINTO, É ANALISADA AS CAMPANHAS PARA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008, ONDE CONCORRIAM TRÊS MULHERES. ELA CHEGOU À CONCLUSÃO DE QUE AS CANDIDATAS POUCO FALAVAM SOBRE A AGENDA FEMININA NOS PROGRAMAS ELEITORAIS GRATUIDOS. A ÚNICA COISA QUE APARECIA ERA POLÍTICAS DIRECIONADAS ÀS MÃE, COMO A AMPLIAÇÃO DE CRECHES. A MULHER TEM DIFICULDADE EM DEFENDER OUTRAS AGENDAS PUBLICAMENTE? COMO A QUESTÃO DO ABORTO...

É, naquela eleição eu me lembro que a Zero Hora deu uma capa com a nossa posição sobre o aborto, sendo que aborto não tem relação nenhum com eleição municipal. Existe o esforço de identificar mulheres com a pauta, por exemplo do aborto, mesmo que ele não seja um tema central. Porque é um tema notoriamente polêmico e que “tira voto dessas mulheres”. Jamais perguntariam pro Fogaça, que era meu adversário, qual era a opinião dele sobre o aborto. Acho que existe, talvez muito menos agora, mas existia uma dificuldade mesmo das mulheres de trabalhar questões de gênero na esfera municipal, mas também existe uma cobrança das mulheres que ela trate de temas que são, como causas nossas gerais, em eleições em que aquilo não está na disputa. Como se eu perguntasse para todos os homens em uma eleição “o que tu pensa da guerra no Iraque?”, tu é um homem, então tem a ver com a indústria de armas e, portanto, tu tem que abordar em todas as eleições para prefeitura se não tu não é de esquerda. Não, ninguém fala da guerra no Iraque, ninguém fala sobre o tráfico internacional de seres humanos numa eleição municipal. Isso faz a pessoa ser menos de luta? É que não é um assunto daquela eleição. Talvez esse paralelo tenha sido a primeira vez na vida que eu tenha conseguido dar uma ideia. Mas também nos exigem isso. Por que eu tenho que falar de um negócio que não é assunto, se tem tanta coisa que é o assunto pra falar? Claro, quando tu vai ter uma candidatura demarcatória, aí sim. Se eu for candidata a presidência da república, eu vou falar só sobre a guerra no Iraque, porque vai ser para demarcar grandes posições. Mas no caso da prefeitura eram candidaturas viáveis, eu, a Luciana e a Maria do Rosário naquela eleição e eu acho que nós, naquele contexto, não adianta olhar agora, mas no contexto daquelas eleições nós abordávamos coisas que eram mais relevantes. Talvez um dos temas que mais tenha sido subestimado seja o tema da violência doméstica, porque o município tem bastante o que fazer no atendimento da saúde em relação a esse tema. Mas fora isso eu acho que é ao contrário, acho que tentam vincular mulheres a temas que não são das

eleições para prejudica-las, não que isso seja um problema porque todas as mulheres que defendem o aborto nas eleições isso aparece. A gente é da lista das aborteiras. Mas digo do sentido de querer que isso apareça em um lugar que não é próprio para isso.

NÃO ADIANTA APENAS A PRESENÇA DAS MULHER NA POLÍTICA SE ELA NÃO TEM IDEIAS FEMINISTAS....

Tem mulheres que atuam no movimento sindical, e o mundo do trabalho também é um mundo de disputa de gênero. E que não atuam em causas ligadas à saúde. Então as vezes falam “mas ela não atua em questão de gênero”, como assim não atua em questão de gênero!? Defender a presença da mulher no mundo do trabalho talvez seja um dos grandes desafios do nosso tempo. Porque dizem que a gente custa mais caro, porque a gente tem licença, porque a gente cuida, a gente falta mais porque cuida de todo o entorno. Então eu acho que hoje a gente tem uma compreensão menos dura com os feminismos, talvez isso tenha mudado, do meu tempo pro teu tempo; de ter uma ideia de feminismo mais acolhedor, menos segmentado: ou tu defende o aborto ou tu não é feminista. Não! Tem feminista que debate trabalho, tem feminista que debate saúde, tem feminista que debate espaço público, tem feminista que debate estupro e tem feminista que debate aborto. Então existem vários feminismos, o feminismo não cabe só, como era muito vinculado na minha juventude, ao tema do aborto.

ANEXO A – Autorização da entrevistada para a realização do TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) Manuela d'Azeita
, abaixo assinado(a), autorizo (nome do(a)
 estudante) Leiziane Corcine Fialho Perfeito
 (nome do curso) Relações Públicas, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas,
 para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título
Mulher, política e comunicação: um estudo sobre Manuela d'Azeita
 e está sendo orientado por/pela Prof.(a.)
 Dr.(a.) MARIA HELENS WEBER.

Porto Alegre, 31 de maio de 2016 .

MAUUM

 Assinatura do entrevistado